



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa  
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab**

**Relatório de Gestão do exercício de 2011  
Superintendência Regional do Amazonas**

**Manaus/AM, 2012**

**JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO**  
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD**  
**JOSÉ CARLOS VAZ**  
Presidente

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
**EDILSON GUIMARÃES**  
**JOSÉ GERARDO FONTELLES**  
**CARLOS CARBONI**  
Membros

**CONSELHO FISCAL – CONFIS**  
**FRANCISCO WAYNE MOREIRA**  
**GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO**  
**RENATA LIMA DE CARVALHO**  
Membros

**Diretoria Colegiada**  
**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor Administrativo

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Financeiro

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**Superintendência Regional do Amazonas**  
**THOMAZ ANTONIO PEREZ DA SILVA**  
Superintendente

**Gerência de Finanças e Administração - GEFAD**  
**ANTONIO BATISTA DA SILVA**  
Gerente de Finanças e Administração

**Gerência de Operações e de Suporte Estratégico - GEOSE**  
**NÉLIO NOGUEIRA DO NASCIMENTO**  
Gerente de Operações e de Suporte estratégico

**EDMAR JOSÉ TOSTA** - Geare (Matriz)  
**MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA** - Geare (Matriz)  
**ANTONIO BATISTA DA SILVA** - Gefad (Sureg/AM)  
Elaboração

[am.gefad@conab.gov.br](mailto:am.gefad@conab.gov.br)  
Fones: (92) 3182-2415  
Fax...: (92) 3182-2445

# Prestação de Contas Ordinárias Anual

## Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

## Sumário

LISTA DE SIGLAS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
Apresentação.....	9
PARTE D - ANEXO II, DA DN Nº 108/2011 - UNIDADES JURISDICIONADAS COM RELATÓRIOS DE GESTÃO CUSTOMIZADOS.....	10
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	10
1.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UJ.....	10
1.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
1.1.2. AUDITORIA INDEPENDENTE.....	12
1.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
1.1.3. PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.....	14
1.2. ANÁLISE SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA E MACROPROCESSOS.....	17
1.2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	17
1.2.2. BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS.....	20
1.2.2.1. MACROPROCESSO DE SUSTENTAÇÃO DA RENDA.....	20
1.2.2.2. MACROPROCESSO DE PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	21
1.2.2.3. MACROPROCESSO DE ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	22
1.2.2.4. MACROPROCESSO DE ATENDIMENTO A PARCEIROS.....	23
1.2.2.5. MACROPROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	24
1.2.2.6. MACROPROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS.....	25
1.2.2.7. MACROPROCESSO DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS.....	26
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	27
2.1. ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE DE GESTÃO.....	27
2.2. ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	27
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	29
3.1. INSTRUMENTOS PARA SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	29
3.1.1. INTERVENÇÕES REALIZADAS EM 2011.....	30
3.2. PROGRAMAS DE SUSTENTAÇÃO DA RENDA.....	30
3.2.1. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA.....	30
3.2.1.1. COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR-CDAF.....	30
3.2.1.2. FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR - CPR-ESTOQUE.....	31
3.2.1.3. COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CPR-DOAÇÃO.....	31
a) ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DO PAA.....	31
b) RECURSOS APLICADOS.....	32
c) AQUISIÇÃO DE PRODUTOS.....	32
3.2.2 – SUBVENÇÕES DO GOVERNO FEDERAL.....	33
a) SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS.....	33
3.3 – PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	34
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	37
4.1. ANÁLISE DAS PRINCIPAIS AÇÕES LIGADAS À VENDA.....	37
4.1.1. RELAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS QUE FORAM OBJETO DE INTERVENÇÃO NO MERCADO.....	37
4.1.2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA DEFINIÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO MERCADO POR PRODUTO.....	37
4.1.2. INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA INTERVENÇÃO NO MERCADO.....	37

4.1.2.1. PROGRAMA VENDAS EM BALCÃO.....	37
4.1.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ESCOLHA DO INSTRUMENTO UTILIZADO.....	38
4.2. ANÁLISE DO PROGRAMA VENDA BALCÃO.....	39
4.2.1. RESULTADO FÍSICO E FINANCEIRO.....	39
4.2.2. ANÁLISE DA EFETIVIDADE.....	39
4.3. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	39
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	40
5.1. REFAP.....	40
5.2. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	41
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	42
6.1 – ESTOQUES DE TERCEIROS.....	42
6.2. RECEITA DE ARMAZENAGEM DE PRODUTO DE TERCEIROS.....	42
6.3 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA ARMAZENAGEM.....	43
6.4. PRINCIPAIS INDICADORES.....	45
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	46
7.1 – REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA.....	46
7.1.1 ESTOQUES DEPOSITADOS NAS UNIDADES PRÓPRIAS.....	46
7.1.2. CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA DO SETOR ARMAZENADOR.....	47
7.1.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO.....	47
7.2. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO.....	48
7.2.1. FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	49
7.2.2. AVALIAÇÃO FÍSICA E GERAL DOS ARMAZÉNS.....	49
7.2.3. DESVIO OU PERDAS EM ARMAZENAGEM DOS ESTOQUES PÚBLICOS.....	49
7.3. ATIVIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES.....	49
a) REMOÇÃO DE PRODUTOS VINCULADOS À PGPM.....	50
b) REMOÇÃO DE PRODUTOS DO MDS.....	51
c) REMOÇÃO DE PRODUTOS DO MPA.....	51
7.4. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	51
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	52
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	52
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	52
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	53
11.1. ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS.....	53
11.2. COMUNICAÇÃO INTERNA.....	53
11.3. MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL.....	54
11.4. CAPACITAÇÃO DE PESSOAL.....	54
11.5. COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE PESSOAL ATIVO.....	56
11.5.1. ADMISSÕES, DEMISSÕES E TRANSFERÊNCIAS.....	60
11.5.2. PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA.....	60
11.5.3. RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL.....	60
11.5.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	60
11.5.5. CUSTOS DE PESSOAL.....	61
11.5.6. MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA.....	62
11.6. CIBRIUS.....	63
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	64
12.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESAS.....	64
12.1.1. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	64

12.1.2. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDO POR MOVIMENTAÇÃO.....	65
12.1.3. DESPESA CORRENTES E DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	66
12.1.4. EXECUÇÃO FÍSICA É ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	68
12.1.4.1. AÇÃO (2004) ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES.....	69
12.1.4.2. AÇÃO (20CW) ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS.....	70
12.1.4.3. AÇÃO (2011) AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS....	71
12.1.4.4. AÇÃO (2012) AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	71
12.1.4.5. AÇÃO (2130) FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS - PGPM.....	72
12.1.4.6. AÇÃO (2137) FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES E DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.....	73
12.1.4.7. AÇÃO (2272) GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA .....	73
12.1.4.8. AÇÃO (4710) ORGANIZAÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS VAREJISTAS.....	75
12.1.4.9. AÇÃO (4572) CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.....	76
12.1.4.10. AÇÃO (0022) CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO, DEVIDA POR EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	77
12.2. RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	78
12.2.1 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	78
12.2.1.1. ANÁLISE CRÍTICA.....	78
12.3. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO.....	78
12.4. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO.....	79
12.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76, INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS.....	80
12.5.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	80
12.5.2. DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	83
12.5.3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	84
12.5.4. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	85
12.5.5. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	86
12.5.6. NOTAS EXPLICATIVAS.....	87
12.6. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA.....	100
12.7. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	101
12.7.1. IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO E DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	101
12.7.1.1. ANÁLISE CRÍTICA.....	102
12.8. PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	109
13. GOVERNANÇA E CONTROLES.....	112
13.1. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO.....	112
13.2. PROVIDÊNCIA ADOTADAS PARA ATENDIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.....	114
13.2.1 – TCU.....	114
13.2.2 – CGU.....	114
13.3 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.....	117

## LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AGF	Aquisição do Governo Federal
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Cédula de Produto Rural – Instrumento de formalização de Compra Especial da Agricultura Familiar com doação simultâneo.
CPR-Estoque	Cédula de Produto Rural – Instrumento de formalização da Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, com liquidação física ou financeira.
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações da Conab
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NOC	Manual de Normas da Organização
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos - objetiva reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROVB	Programa Vendas em Balcão - programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado.
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RI	Regimento Interno
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TPF	Tabela de Participação Financeira
UA	Unidade Armazenadora
VEP	Valor de Escoamento do Produto



## LISTA DE QUADROS

Quadro I - Identificação da Unidade.....	9
Quadro II - Competências das Unidade Orgânicas da Sureg Tipo II.....	12
Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque.....	32
Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Doação.....	32
Quadro V – Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPMBio.....	33
Quadro VI – Demonstrativo de Vendas em Balcão.....	36
Quadro VII – Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP.....	38
Quadro VIII – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias.....	39
Quadro IX – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	39
Quadro X – Demonstrativo do Resultado do Exercício da CONAB.....	40
Quadro XI – Demonstrativo do Resultado do Exercício da Sureg/AM.....	41
Quadro XII – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns.....	43
Quadro XIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias.....	43
Quadro XIV – Estoques Públicos Depositados em Unidade Própria - Produtos Agropecuários.....	43
Quadro XV – Estoques Públicos Depositado em Unidades Própria - Outros Produtos.....	44
Quadro XVI – Diagnóstico de obras necessárias para Certificação da Unidade.....	45
Quadro XVII – Relação de Fiscais da Sureg/AM.....	45
Quadro XVIII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras.....	46
Quadro XIX – Demonstrativo das Remoções Contratadas.....	47
Quadro XX – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS.....	48
Quadro XXI – Demonstrativo de Remoção de Kits para Comercialização de Peixe.....	48
Quadro XXII – Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação por Área de Conhecimento.....	52
Quadro XXIII – Comparativo da Execução Física e Financeira em Relação do Exercício Anterior da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	52
Quadro XXIV – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional.....	53
Quadro XXV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011.....	54
Quadro XXVI – Demonstrativo por Nível de Enquadramento.....	55
Quadro XXVII – Demonstrativo por Nível de Escolaridade.....	55
Quadro XXVIII – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	56
Quadro XXIX – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	56
Quadro XXX – Composição do Quadro de Estagiários.....	57
Quadro XXXI – Demonstrativo de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	58
Quadro XXXII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	59
Quadro XXXIII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	59
Quadro XXXIV - Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.....	60
Quadro XXXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	61
Quadro XXXVI – Despesas por Modalidade de Contratação.....	62
Quadro XXXVII - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	63
Quadro XXXVIII - Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ.....	65
Quadro XXXIX - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	66
Quadro XL - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos.....	67
Quadro XLI – Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados.....	68
Quadro XLII - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	68
Quadro XLIII – Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Formação dos Estoques Públicos.....	69

Quadro XLIV – Demonstrativo da Execução Financeira da Ação Formação dos Estoques Públicos por Natureza de Despesa.....	69
Quadro XLV – Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária da Ação Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares.....	70
Quadro XLVI - Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa.....	70
Quadro XLVII - Demonstrativo de Execução da Despesa da Ação Gestão e Administração do Programa....	71
Quadro XLVIII - Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	72
Quadro XLIX – Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	73
Quadro L – Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação por Elemento de Despesa.....	73
Quadro LI – Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	74
Quadro LII – Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista por Elemento de Despesa.....	74
Quadro LIII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	75
Quadro LIV - Demonstrativo do Imoveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ.....	98
Quadro LV – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	109
Quadro LVI - Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	114

## LISTA DE FIGURAS

Figura I - Organograma da Sureg/AM.....	11
Figura II – Mapa Estratégico Corporativo.....	17
Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda .....	19
Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento .....	20
Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento .....	21
Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros .....	22
Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	23
Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	24
Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	25
Figura X – Evolução das Aplicações do PAA.....	31
Figura XI – Evolução do Índice de Ocupação .....	42
Figura XII – Evolução do Número de Empregados.....	54
Figura XIII – Execução Física e Financeira da Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	66
Figura XIV - Demonstrativo da Execução Financeira por Grupo de Despesa da Ação Gestão e Administração do Programa.....	72

## Apresentação

O Relatório de Gestão referente ao exercício fiscal de 2011, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, da Decisão Normativa n.º 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU n.º 123, de 12 maio de 2011, e de acordo com as orientações contidas na Norma de Execução n.º 03, de 27 de dezembro de 2010, da Controladoria-Geral da União, aprovada pela Portaria n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Tomando-se por base o Anexo II, Parte D, da DN 108, não foram atendidos os itens 8 – Gestão da Tecnologia, 9 – Gestão Estratégica, 10 – Geração e Difusão de Informações, 11.6 – Cibrios e 12.4 – Informações sobre Transferências Mediante Convênio, por não se aplicarem à Sureg/AM, devendo constar no Relatório de Gestão da Matriz, e também o item 13.2.1 – Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício.

Além dos itens mencionados, não foi possível atender também os itens relacionados a indicadores de desempenho, pelo fato da Superintendência Regional não dispor em sua estrutura organizacional de Unidade Orgânica com competência regimental e pessoal capacitado para esse fim.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no Plano Plurianual - PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralizações orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados com órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

Dentre as principais realizações da Unidade pode-se destacar o Programa Vendas em Balcão, relatado no item 4 – Promoção do Abastecimento; Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas, constante no item 3.2.2 e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, demonstrado no item 3.2.1, ambos relativos ao item 3 – Sustentação de Renda.

Sobre essas atividades, vale ressaltar o enorme desafio na implementação de políticas públicas no Estado do Amazonas em decorrência da dimensão geográfica e peculiaridades regionais. Acrescente-se, ainda, o fato do público alvo das principais ações desenvolvidas pela Sureg/AM ser formado por pequenos agricultores familiares e estar localizado no interior do Estado, com difícil acesso.

O presente relatório procura detalhar o desenvolvimento de todas as Ações e os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, a nível regional, assim como os fatores que contribuíram para o não-atingimento pleno das metas estabelecidas.

Thomaz Antonio Perez da Silva  
Superintendência Regional do Amazonas  
**Superintendente**

**PARTE D - ANEXO II, DA DN Nº 108/2011 - UNIDADES JURISDICIONADAS COM RELATÓRIOS DE GESTÃO CUSTOMIZADOS**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**1.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UJ**

**1.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

**Quadro I - Identificação da Unidade**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA			<b>Código SIORG:</b> 14
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Companhia Nacional de Abastecimento / Superintendência Regional do Amazonas			
<b>Denominação abreviada:</b> CONAB / SUREG AM			
<b>Código SIORG:</b> 087291	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 135045	
<b>Situação:</b> Em funcionamento / Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Empresa Pública			
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral			<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(92)3182-2402	(92)3182-2460	(92)3182-2445
<b>Endereço Eletrônico:</b> am.sureg@conab.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> http://www.conab.gov.br			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Min. Mario Andreazza, 2196 – Distrito Industrial – CEP 69075-839 - Manaus/AM			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
<p>A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.944, em 28/12/1990. Iniciou suas atividades em 1.º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9.ª versão, alterada pelo Decreto 6.407, de 24/03/2008.</p> <p>A Superintendência Regional do Amazonas – Sureg AM é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 02, de 05 de janeiro de 1999, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 70ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14/12/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, e considerando os Arts. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno.</p>			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991</li> <li>- Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000</li> <li>- Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001</li> <li>- Estatuto Social</li> <li>- Regimento Interno</li> </ul>	
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual de Operações da Conab - MOC</li> <li>- Normas de Organização - NOC</li> <li>- Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos</li> </ul>	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135045	CONAB SEDE SUREG AMAZONAS
135246	UA/MANAUS
135247	UNID. ESTOQUE ESTRATÉGICO/AM
135248	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AM – PGPM
135259	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RR – PGPM
135435	MO/AMAZONAS
135553	UNIDADE CONAB PAA AMAZONAS
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135045	22211
135246	22211
135247	22211
135248	22211
135259	22211
135435	22211
135553	22211

### 1.1.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

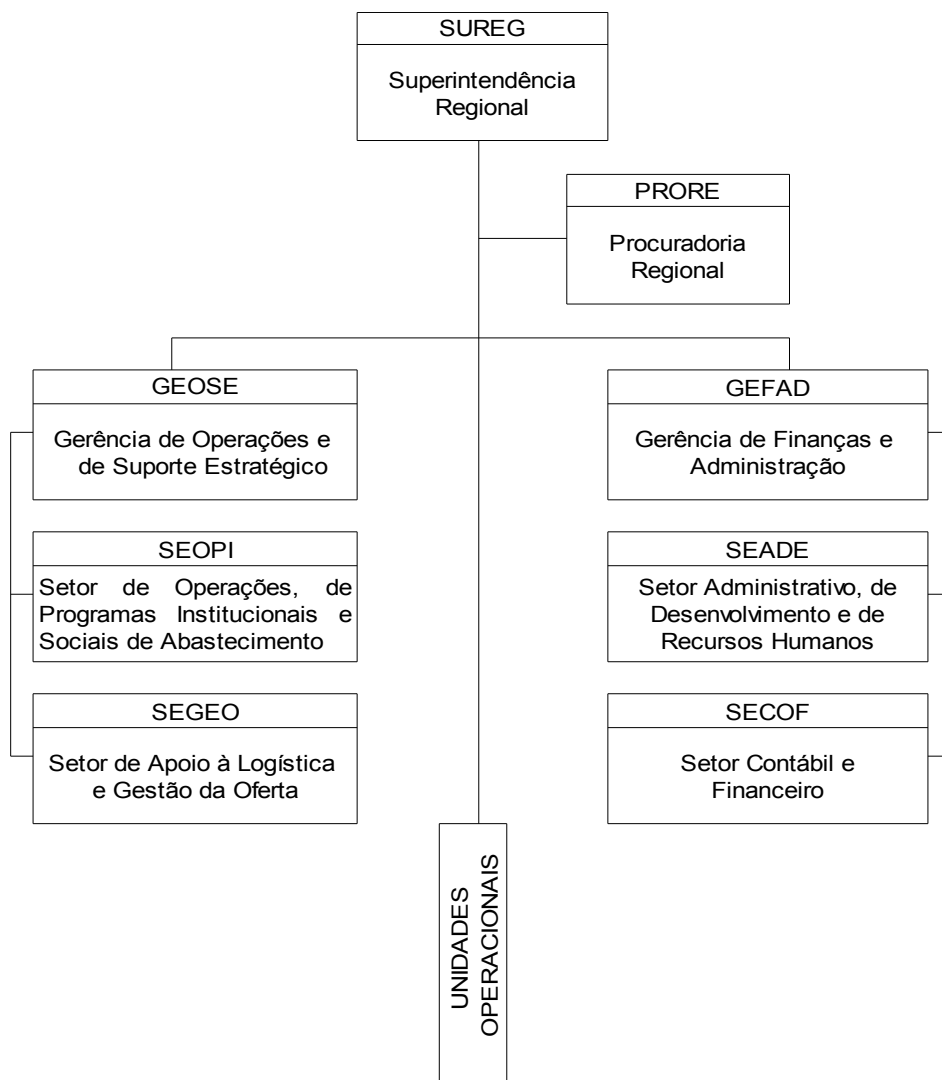
Não se aplica à Superintendência Regional do Amazonas, constará no Relatório de Gestão CONAB/MATRIZ.

### 1.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica da Sureg-AM é composta por unidades administrativas e operacionais, e está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno - RI aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o Art. 142 do RI da CONAB a Superintendência Regional do Amazonas está classificada como Sureg Tipo II, cujo organograma apresentamos a seguir.

**Figura I - Organograma da Sureg/AM**



No âmbito de sua jurisdição, a Superintendência Regional do Amazonas tem as seguintes competências regimentais definidas no Artigo 105 do Regimento Interno - RI da Companhia:

- I - representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II - manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III - divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV - coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V - constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Não obstante as Sureg Tipo II dispor de uma estrutura menor, as competências das suas unidades orgânicas são as mesmas estabelecidas para as Sureg Tipo I, nos termos do Art. 120 do Regimento Interno - RI, conforme quadro a seguir.

**Quadro II - Competências das Unidade Orgânicas da Sureg Tipo II**

UNIDADE	ARTIGOS DO RI	OBSERVAÇÃO
<b>1 - Superintendência Regional – Sureg</b>	105	
<b>2 - Procuradoria Regional – Prore</b>	106	
<b>3 - Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – Geose</b>	107 e 110	
<b>3.1 - Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Seopi</b>	108(*), 111 a 113	(*) somente os incisos IV e V.
<b>3.2 - Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo</b>	109	
<b>4 - Gerência de Finanças e Administração – Gefad</b>	114	
<b>4.1 - Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade</b>	108(*), 115 e 116	(*) somente os incisos de I a III.
<b>4.2 - Setor Contábil e Financeiro – Secof</b>	117	
<b>5 - Unidade Operacional / Unidade Armazenadora - UA</b>	118	

### 1.1.3. PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Thomaz Antonio Perez da Silva</i>		<b>CPF:</b>	238.556.571-49
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
Conj. Jardim Itioca, Casa 19, Bairro Parque 10/S-8				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69057-000</i>	<i>AM</i>	<i>92 3236-3274</i>	-
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>thomaz.silva@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Superintendente Regional</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>02/05/2007</i>	<i>Portaria 050/2007</i>	-	-	<i>01/01/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo MAIO/2007</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada substituto</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Nélio Nogueira do Nascimento</i>		<b>CPF:</b>	034.952.052-68
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
Av. Via Láctea, 1086, ed. Jd. Adrianópolis, apto. 1802, Conj. Morada do Sol, bairro Aleixo				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69060-085</i>	<i>AM</i>	<i>92 3236-8615</i>	
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>nelio.nascimento@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Superintendente Regional substituto</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>30/05/2007</i>	<i>A.D. 0166/2007</i>	-	-	<i>01/01/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo MAIO/2007</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Antonio Batista da Silva</i>		<b>CPF:</b>	274.995.022-87
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
Rua 173, casa 07, núcleo 15, bairro Cidade Nova				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69098-040</i>	<i>AM</i>	<i>92 3645-4219</i>	-
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>antonio.batista@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Finanças e Administração</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>03/10/2006</i>	<i>Portaria 129/2006</i>	-	-	<i>01/01/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo OUTUBRO/2006</i>			



<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de Cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada substituto</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Franciso José Grana de Almeida</i>		<b>CPF:</b>	052.868.832-49
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
<i>Rua Prof. Evangelista Brow, 115, bairro Santo Antonio</i>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69029-040</i>	<i>AM</i>	<i>92 3671-5886</i>	<i>-</i>
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>francisco.grana@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Finanças e Administração substituto</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>28/10/2006</i>	<i>A.D. 276/2006</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>01/01/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo OUTUBRO/2006</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Nélio Nogueira do Nascimento</i>		<b>CPF:</b>	034.952.052-68
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
<i>Av. Via Láctea, 1086, ed. Jd. Adrianópolis, apto. 1802, Conj. Morada do Sol, bairro Aleixo</i>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69060-085</i>	<i>AM</i>	<i>92 3236-8615</i>	<i>-</i>
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>nelio.nascimento@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Operações e de Suporte Estratégico</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>02/05/2007</i>	<i>Portaria 49/2007</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>01/01/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo MAIO/2007</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada substituto</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Armando da Silva Viana</i>		<b>CPF:</b>	054.380.632-49
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
<i>Rua Jonathas Pedrosa, 328 - Centro</i>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69000-040</i>	<i>AM</i>	<i>92 3631-1233</i>	<i>-</i>
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>armando.viana@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Operações e de Suporte Estratégico substituto</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>17/11/2008</i>	<i>A.D. 602/2008</i>	<i>03/02/2011</i>	<i>Portaria 098</i>	<i>01/01/2011 a 03/02/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo NOVEMBRO/2008 e FEVEREIRO/2011</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada substituto</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>José Carlos Machado dos Santos</i>		<b>CPF:</b>	043.487.702-63
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
<i>Rua Comercial, nº 18, Conj. Barra Bela, Bairro Parque 10</i>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69054-390</i>	<i>AM</i>	<i>92 3236-9657</i>	-
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>jcarlos.machado@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Operações e de Suporte Estratégico substituto</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>03/02/2011</i>	<i>Portaria 099/2011</i>	<i>31/10/2011</i>	<i>Portaria 1190/2011</i>	<i>03/02/2011 a 31/10/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo FEVEREIRO/2011 e OUTUBRO/2011</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada substituto</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Severino Lino de Medeiros</i>		<b>CPF:</b>	140.893.604-63
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
<i>Rua 7 Quadra 5, Casa 3, Conj. Vista Bela, Bairro Planalto</i>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69038-790</i>	<i>AM</i>	<i>92 3658-3154</i>	-
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>lino.medeiros@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Operações e de Suporte Estratégico substituto</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>01/12/2011</i>	<i>Portaria 1352/2011</i>	-	-	<i>01/12/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo DEZEMBRO/2011</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Manuel Vitor Silva de Brito</i>		<b>CPF:</b>	075.962.432-15
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
<i>Rua Urucará, 1069 - bairro Cachoeirinha</i>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69065-180</i>	<i>AM</i>	<i>92 3663-4094</i>	-
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>manuel.vitor@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Unidade Operacional</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>28/06/2007</i>	<i>A.D. 208/2007</i>	-	-	<i>01/01/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo JUNHO/2007</i>			

<b>NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:</b>		<i>Ocupante de cargo de Direção no nível imediatamente inferior ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada substituto</i>		
<b>AGENTE:</b>	<i>Francisco Oliveira Barbosa</i>	<b>CPF:</b>	<i>065.111.472-15</i>	
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>				
<i>Rua 117, quadra 224, casa 06, núcleo 11, bairro Cidade Nova</i>				
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CEP</b>	<b>UF</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>FAX</b>
<i>Manaus</i>	<i>69096-480</i>	<i>AM</i>	<i>92 8167-8826</i>	<i>-</i>
<b>CORREIO ELETRÔNICO:</b>		<i>francisco.barbosa@conab.gov.br</i>		
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>		<i>Gerente de Unidade Operacional substituto</i>		
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>EXONERAÇÃO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PERÍODO DA GESTÃO</b>
<i>17/11/2008</i>	<i>A.D. 609/2008</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>01/01/2011 a 31/12/2011</i>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<i>Boletim Administrativo NOVEMBRO/2008</i>			

## 1.2. ANÁLISE SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA E MACROPROCESSOS

### 1.2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos alvos da Companhia.

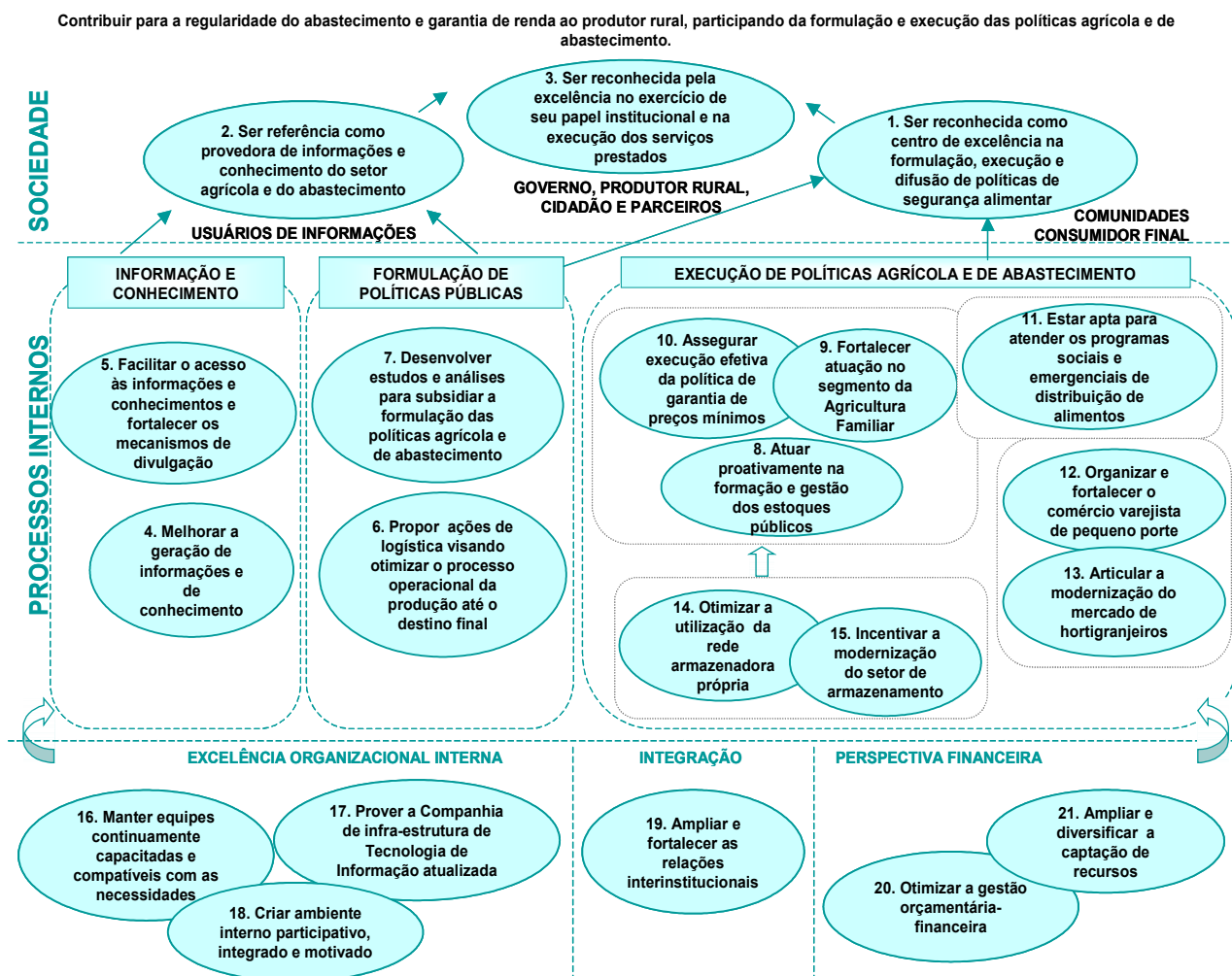
O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas

perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

**Figura II – Mapa Estratégico Corporativo**



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do

Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI n.º097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

## 1.2.2. BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS

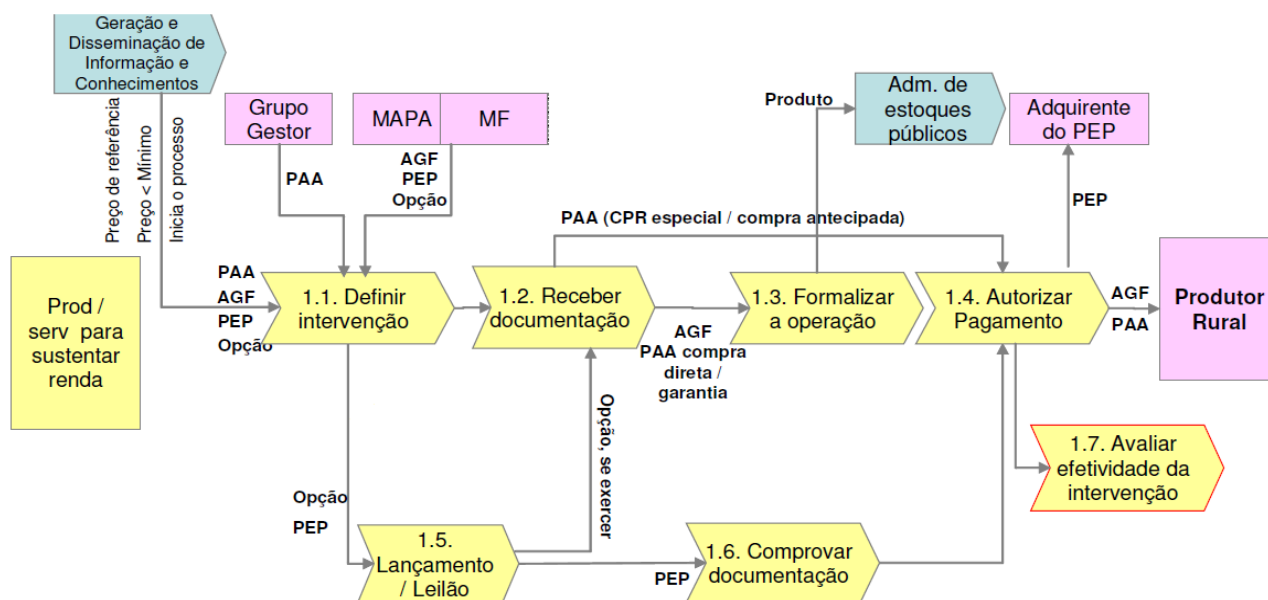
### 1.2.2.1. MACROPROCESSO DE SUSTENTAÇÃO DA RENDA

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

**Público-alvo:** produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

**Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda**



Fonte: Conab

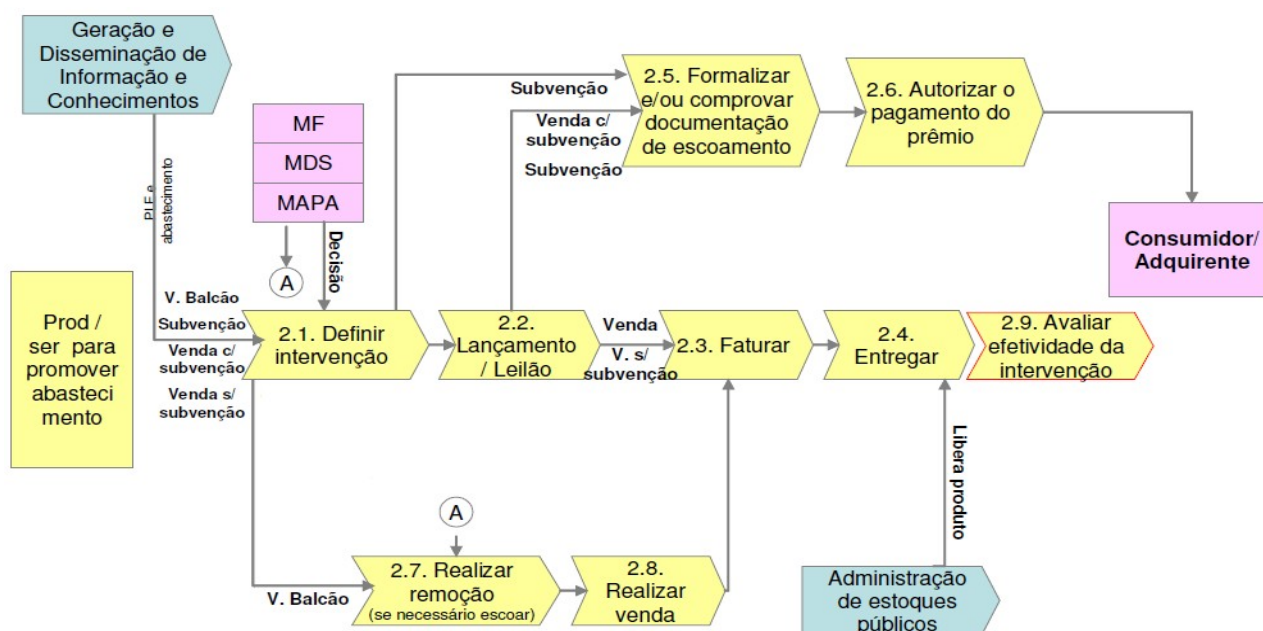
### 1.2.2.2. MACROPROCESSO DE PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

**Público-alvo:** consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

**Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**



Fonte: Conab





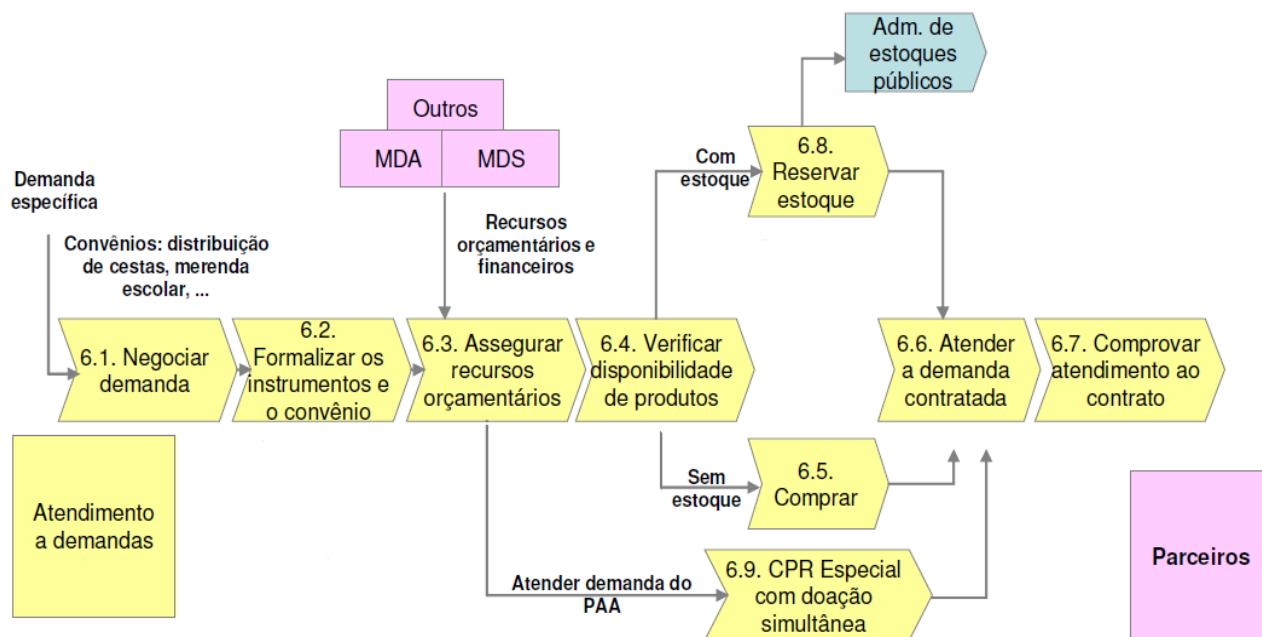
#### 1.2.2.4. MACROPROCESSO DE ATENDIMENTO A PARCEIROS

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

**Público-alvo:** Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

**Família de Produtos e Serviços:** Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

**Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**



Fonte: Conab

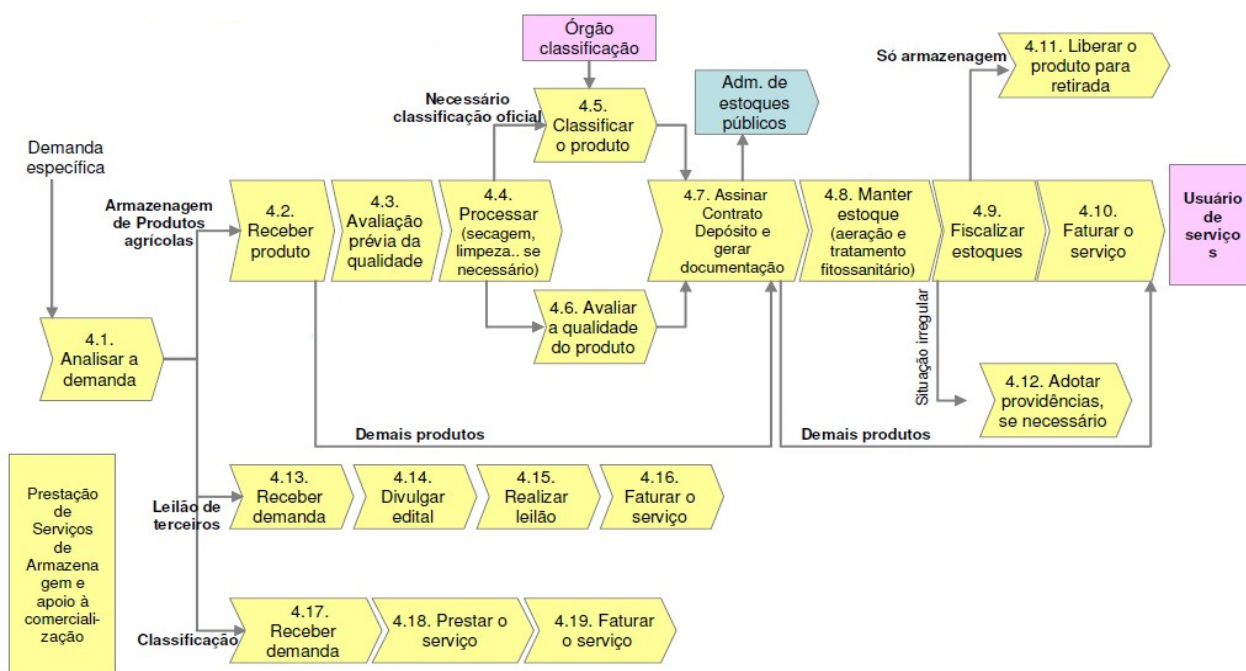
### 1.2.2.5. MACROPROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

**Público-alvo:** União, sociedade, setor privado.

**Família de Produtos e Serviços:** Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização - SEC.

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços

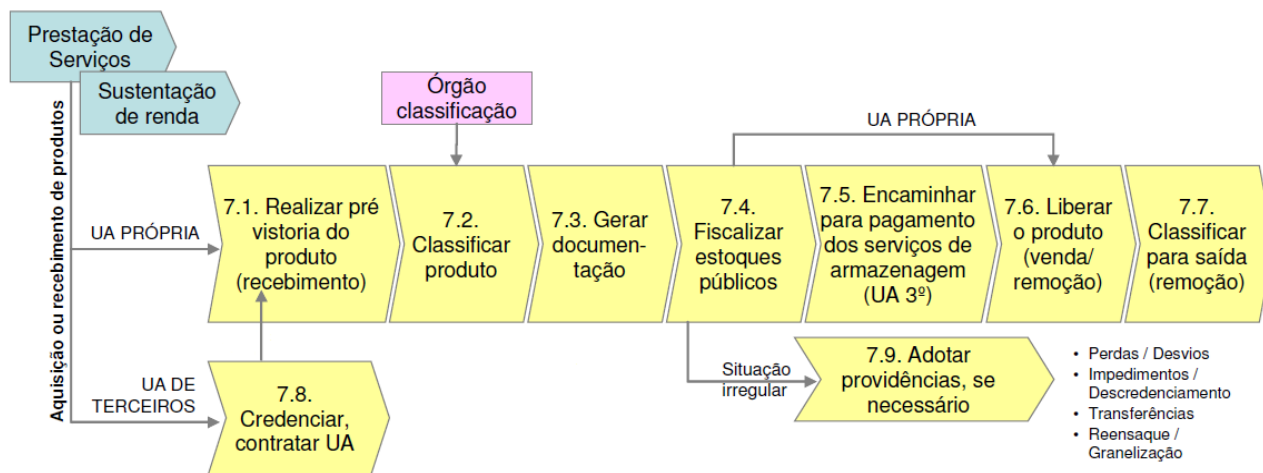


Fonte: Conab

### 1.2.2.6. MACROPROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGF e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

**Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**



Fonte Conab

### 1.2.2.7. MACROPROCESSO DE GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS

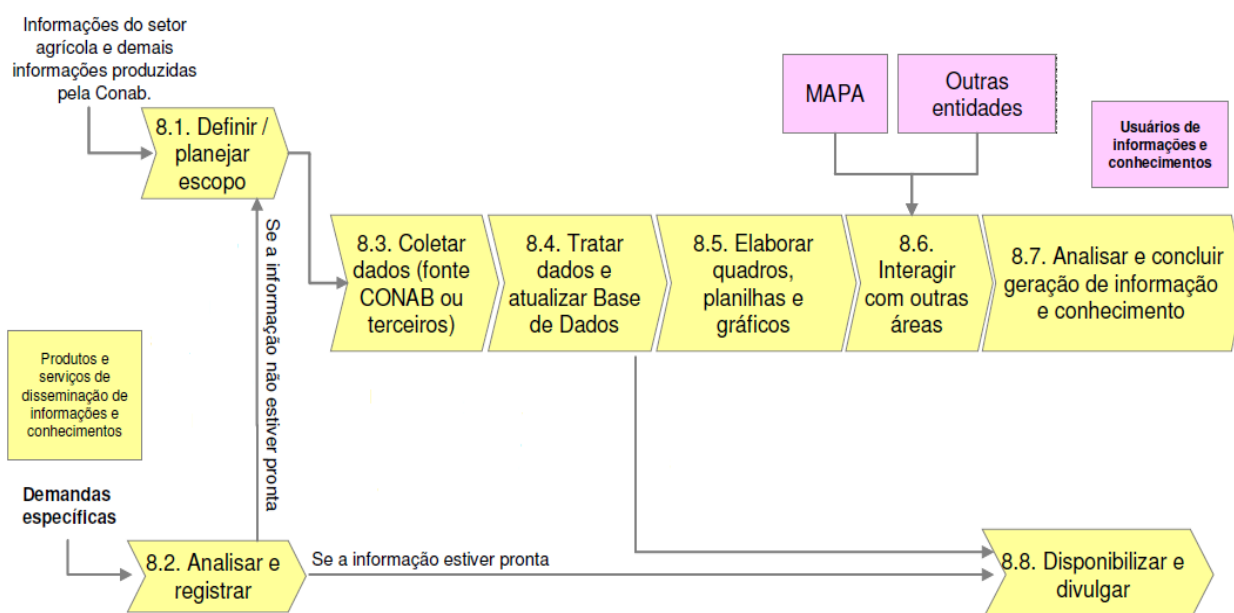
É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

**Público-alvo:** governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

**Família de Produtos e Serviços:** estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

**Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**



Fonte: Conab

## **2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO**

### **2.1. ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE DE GESTÃO**

O atual quadro de pessoal da Sureg/AM está com defasagem quantitativa e qualitativa. O retorno de empregados anistiados que estão prestando serviços a outros órgãos da Administração Pública, bem como a realização de concurso público são indispensáveis para melhorar o ambiente de gestão da regional.

A revitalização da estrutura organizacional da Regional também é preponderante para a melhoria da gestão. Na área de infraestrutura verifica-se a necessidade de criação do Setor Fiscal e Tributário, do Setor de Recursos Humanos e do cargo comissionado de Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL. Na área de execução de negócios tem-se como necessária a criação da Gerência da Agricultura Familiar, assim como do Setor da Agricultura Familiar.

Outra alternativa, que poderá contribuir para a melhoria da gestão, até que se conclua os estudos para implementação dos setores retro mencionados, é a reclassificação das Superintendências Regionais de tipo II, na qual a Sureg/AM está enquadrada, para tipo I. Essa medida possibilitaria, de imediato, a instalação de uma gerência e um setor na área de suporte estratégico e do setor de recursos humanos na área de infraestrutura. Ressalte-se que, mesmo dispondo de estrutura organizacional inferior, as competências das Sureg tipo II são iguais às das Sureg tipo I.

A construção de armazéns convencionais e frigorificado na capital do estado, Manaus, certamente favorecerá o cumprimento da missão institucional considerando o potencial pesqueiro e de frutas regionais atualmente existente e ainda pouco explorado. A adaptação de instrumentos de comercialização à realidade regional também poderá facilitar as ações da Companhia nos próximos exercícios.

No que se refere aos fatores de risco, destacamos o fato de 74,54% dos empregados da Regional estar com ações trabalhistas ajuizadas contra a Conab. O acompanhamento e a defesa da Companhia vem sendo realizado por escritório advocatício terceirizado sob a supervisão da Procuradoria Regional, que conta atualmente apenas com 01 Procurador. A Superintendência Regional já solicitou à Matriz a recomposição e ampliação do quadro de procuradores, via concurso público.

### **2.2. ANÁLISE SOBRE O AMBIENTE DE NEGÓCIOS**

A atual capacidade estática da regional é comprometida, quase que totalmente, para estocar produtos dos programas operados pela Conab. São eles: Cestas de alimentos e Programa de Vendas em Balcão. Contudo, prestamos serviços de armazenagem para terceiros. Essa atividade tem demanda para crescimento, entretanto, a construção de novas unidades armazenadoras precisa ser implementada.

Apesar do Amazonas não ser um grande produtor agropecuário, existem fortes demandas em épocas de safra, principalmente do setor pesqueiro, tornando viável a intervenção da regional utilizando os instrumentos de apoio à comercialização, prioritariamente os destinados à agricultura familiar.

Por ser o maior estado do Brasil em termos geográficos, com enormes dificuldades de comunicação com o cliente/produtor rural, aliado à falta de estrutura de pessoal da regional, a

ampliação das ações de sustentabilidade de preços aos beneficiários dos programas vem sendo prejudicada.

Com relação ao serviço de classificação de produtos, a regional não dispõe de laboratório, recorrendo a única empresa privada credenciada, mas que fica localizada na capital, Manaus, o que dificulta, e encarece, sobremaneira, a análise de produtos a ser adquiridos no interior do estado.

### 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

#### 3.1. INSTRUMENTOS PARA SUSTENTAÇÃO DE RENDA

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características socioeconômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo),

promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

### 3.1.1. INTERVENÇÕES REALIZADAS EM 2011

Destacam-se no Estado o cultivo da mandioca e da cana de açúcar. Outros produtos como o arroz, o feijão e o milho são cultivados principalmente em área de várzea e em caráter de subsistência, com consumo predominantemente familiar e para comercialização em Manaus, para onde converge todo o excedente da municípios produtores.

Em decorrência, não foram necessárias intervenções governamentais no sentido de manutenção da renda dos produtores rurais pela utilização dos instrumentos definidos na PGPM.

## 3.2. PROGRAMAS DE SUSTENTAÇÃO DA RENDA

### 3.2.1 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

#### 3.2.1.1. COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR-CDAF

Tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais



sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

### **3.2.1.2. FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR - CPR-ESTOQUE**

Tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

### **3.2.1.3. COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CPR-DOAÇÃO**

Objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

#### **a) ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DO PAA**

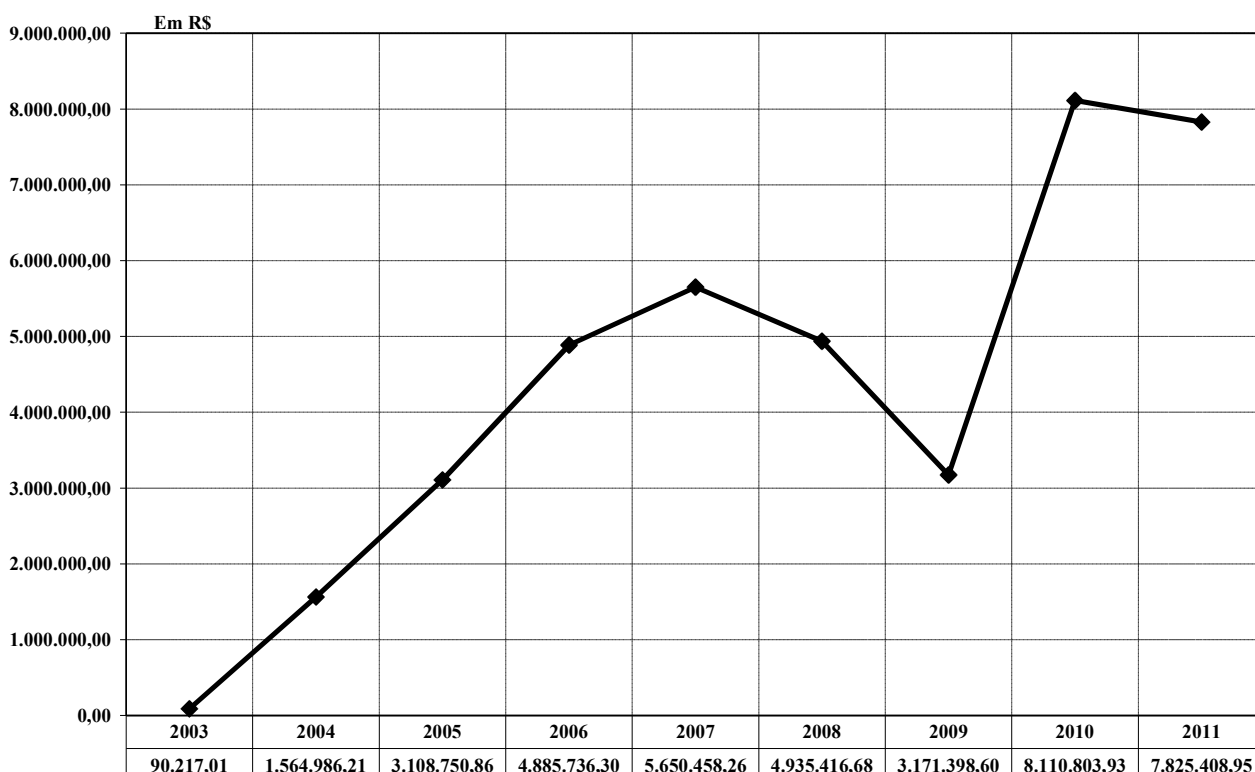
No Estado do Amazonas o Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 103 produtores familiares com aquisição de 120 toneladas de produtos evoluindo, em 2011, para 1.860 produtores e compra de 7.065 toneladas.

## b) RECURSOS APLICADOS

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

As operações realizadas em 2011 no Estado do Amazonas envolveram recursos da ordem de R\$13.655.045,00 com redução de 3,5% sobre o volume aplicado em 2010.

**Figura X – Evolução das Aplicações do PAA**



Fonte: Supaf/Gecaf

## c) AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 117 toneladas de cupuaçu, guaraná e queijo, atendendo a 142 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

**Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque**

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
AM		Cupuaçu	-	-	-	25	100	200.000,00
		Guaraná	-	-	-	100	8	299.988,00
		Queijo	-	-	-	17	9	117.572,00
<b>Total</b>			-	-	-	<b>142</b>	<b>117</b>	<b>617.560,00</b>

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CPR-Doação foram doadas 6.948 toneladas de diversos produtos alimentícios a 363 instituições sociais, beneficiando 267.377 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Doação**

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
AM	21		1.718	6.948	7.207.848,95	363	267.377
<b>Total</b>			<b>1.718</b>	<b>6.948</b>	<b>7.207.848,95</b>	<b>363</b>	<b>267.377</b>

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CPR-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

### 3.2.2 – SUBVENÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

#### a) SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

No período, no âmbito da Sureg/AM, foram concedidas subvenções aos extrativistas de borracha conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro V – Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPMBio**

UF	N.º Extrativistas	Quant. (Kg)	Valor (R\$)
<b>Borracha</b>			
AM	952	450.884	435.524,60
<b>Total</b>	<b>952</b>	<b>450.884</b>	<b>435.524,60</b>

Fonte: Sugof

### 3.3 – PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO

Não foram desenvolvidos. Atualmente não faz parte das competências regimentais das unidades orgânicas da Superintendência Regional a elaboração desses indicadores.

## **4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO**

### **4.1. ANÁLISE DAS PRINCIPAIS AÇÕES LIGADAS À VENDA**

#### **4.1.1. RELAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS QUE FORAM OBJETO DE INTERVENÇÃO NO MERCADO**

No âmbito da Superintendência Regional do Amazonas a atuação da Conab ligada a venda ficou restrita a Milho em Grãos.

#### **4.1.2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA DEFINIÇÃO DAS INTERVENÇÕES NO MERCADO POR PRODUTO**

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de milho em grãos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

#### **4.1.2. INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA INTERVENÇÃO NO MERCADO**

##### **4.1.2.1. PROGRAMA VENDAS EM BALCÃO**

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

#### 4.1.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ESCOLHA DO INSTRUMENTO UTILIZADO.

As operações de vendas em balcão foram formuladas com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- **milho em grãos – 14 toneladas nas regiões** Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;

- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

## 4.2. ANÁLISE DO PROGRAMA VENDA BALCÃO

### 4.2.1. RESULTADO FÍSICO E FINANCEIRO

**Quadro VI – Demonstrativo de Vendas em Balcão**

UF	Quantidade Vendida (Em t)	Receita de Venda (Em R\$)	Nº de Atendimento
<b>MILHO</b>			
AM	3.813	2.090.264,83	1.740
<b>Total Geral</b>	<b>3.813</b>	<b>2.090.264,83</b>	<b>1.740</b>

### 4.2.2. ANÁLISE DA EFETIVIDADE

A dimensão geográfica do Amazonas dificulta a maior socialização desse programa que tem como objetivo viabilizar acesso ao estoque público de milho em grãos para pequenos e médios criadores rurais. A centralização do estoque na capital, Manaus, as dificuldades de acesso a internet no interior do estado e, também, o fato do Amazonas não produzir o milho em grãos em quantidade suficiente para atender a demanda interna impede uma maior inclusão de clientes cadastrados no Programa de Vendas em Balcão. A criação de polos de vendas em outros municípios, a inclusão da atividade de piscicultura e, ainda, o aprimoramento dos serviços de internet certamente contribuirão para um melhor desempenho no próximo exercício, pois, gera renda, emprego e segurança alimentar.

### 4.3. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.

Não foram desenvolvidos. Atualmente não faz parte das competências regimentais das unidades orgânicas da Superintendência Regional a elaboração desses indicadores.

## 5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

### 5.1. REFAP

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

No âmbito da Sureg/AM, desde sua criação a Refap recebeu a adesão de 47 varejistas à única central de negócios em formação, conforme detalhado no quadro a seguir.



### Quadro VII – Demonstrativo de Varejistas Filiados à REFAP

UF	Varejistas Filiados		Centrais de Negócios	
	Adesões em 2011	Total	Formadas	Em formação
AM	15	47	0	1
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>47</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Supimpa/Gevap

Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional da Refap, com o objetivo de nivelar e capacitar as equipes técnicas da Conab que atuam diretamente com a Rede. Durante o evento foram proferidas palestras com os seguintes temas: O Associativismo e o Pequeno Varejo Alimentar no Brasil, Tendências de Mercado no Associativismo, Desafios e Oportunidades de Centrais de Negócios, Casos de Sucesso em Centrais de Negócios e Superação de Dificuldades na Formação de Centrais de Negócios. Na oportunidade, foram realizadas 'salas de situações' quando foram discutidas, analisadas e apresentadas sugestões objetivando o aprimoramento da metodologia de formação das redes e a necessidade de padronização das informações dos relatórios operacionais/gerenciais.

Também foi realizada apresentação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS dos projetos para expansão da Refap e da implantação de Unidade de Serviço Móvel Fluvial que tem como objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, do extrativismo e pescado, bem como, o abastecimento social das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, por meio de embarcações, tipo chata, atuando nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira e duas Unidades Armazenadoras Frigorificadas.

## 5.2. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.

Não foram desenvolvidos. Atualmente não faz parte das competências regimentais das unidades orgânicas da Superintendência Regional a elaboração desses indicadores.

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1 – ESTOQUES DE TERCEIROS

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, **podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.**

No fim do exercício estavam estocados na unidade própria 19,19 toneladas de produtos de terceiros

**Quadro VIII – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias**

UF	Unidade	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
AM	Manaus	Produtos industrializados/Manufaturados	19.188	400.768,00
<b>Subtotal</b>			<b>19.188</b>	<b>400.768,00</b>

Fonte: Suarm/Gearn

### 6.2. RECEITA DE ARMAZENAGEM DE PRODUTO DE TERCEIROS

Em 2011, o faturamento total com serviços de armazenagem de produtos de terceiros, incluindo as tarifas de armazenagem e as de garantia e produtos armazenados, foi de R\$66.185,60, com redução de cerca de 3,49% sobre a do exercício anterior, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro IX – Evolução da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros**

Sureg: Amazonas

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/AM	-	-	(976,69)	3.429,39	-	(6,15)	-
Manaus	37.141,32	16.216,44	1.674,00	16.813,95	62.593,43	68.585,80	66.185,60
<b>Total-Sureg</b>	<b>37.141,32</b>	<b>16.216,44</b>	<b>697,31</b>	<b>20.243,34</b>	<b>62.593,43</b>	<b>68.579,65</b>	<b>66.185,60</b>

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício-DRE

### 6.3 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA ARMAZENAGEM

Para efeito de contabilização a atividade de armazenagem é agrupada no Subórgão 2231-Atividades Próprias que inclui a Matriz, a Sede das Regionais e as Unidades Armazenadoras.

Durante o exercício de 2011 o faturamento da CONAB com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$26.544.588,05, contribuindo para o resultado positivo de R\$46.581.842,38 apurado no fim do exercício.

**Quadro X – Demonstrativo do Resultado do Exercício da CONAB**

Discriminação	Conab	Total
<b>Receita de Vendas e Serviços</b>	<b>26.547.933,05</b>	<b>26.547.933,05</b>
<b>Receita de Vendas</b>	<b>3.345,00</b>	<b>3.345,00</b>
Recebimento de Vendas em Balcão	103.627.518,93	103.627.518,93
Repasse de Vendas em Balcão	-102.280.339,88	-102.280.339,88
Recebimento da Agricultura Familiar	23.639.684,90	23.639.684,90
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-23.639.684,90	-23.639.684,90
Vendas Abastecimento Social	3.345,00	3.345,00
Recebimento de Vendas do Funcafé	115.444.904,18	115.444.904,18
Repasse de Vendas do Funcafé	-115.444.904,18	-115.444.904,18
Vendas PGPM	7.568.243,64	7.568.243,64
Repasse de Vendas da PGPM	-8.915.422,69	-8.915.422,69
<b>Receita de Serviços</b>	<b>26.544.588,05</b>	<b>26.544.588,05</b>
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	3.164.555,99	3.164.555,99
<b>=receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>23.383.436,81</b>	<b>23.383.436,81</b>
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-12,31	-12,31
<b>=lucro bruto operacional</b>	<b>23.383.449,12</b>	<b>23.383.449,12</b>
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>1.070.814.494,39</b>	<b>1.070.814.494,39</b>
Despesas de Pessoal	411.784.705,29	411.784.705,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	659.029.789,10	659.029.789,10
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>1.072.837.610,52</b>	<b>1.072.837.610,52</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>21.175.277,13</b>	<b>21.175.277,13</b>

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício

No âmbito da Sureg/AM, o faturamento foi de R\$66.185,60, contribuindo para diminuir o resultado negativo apurado no fim do exercício.

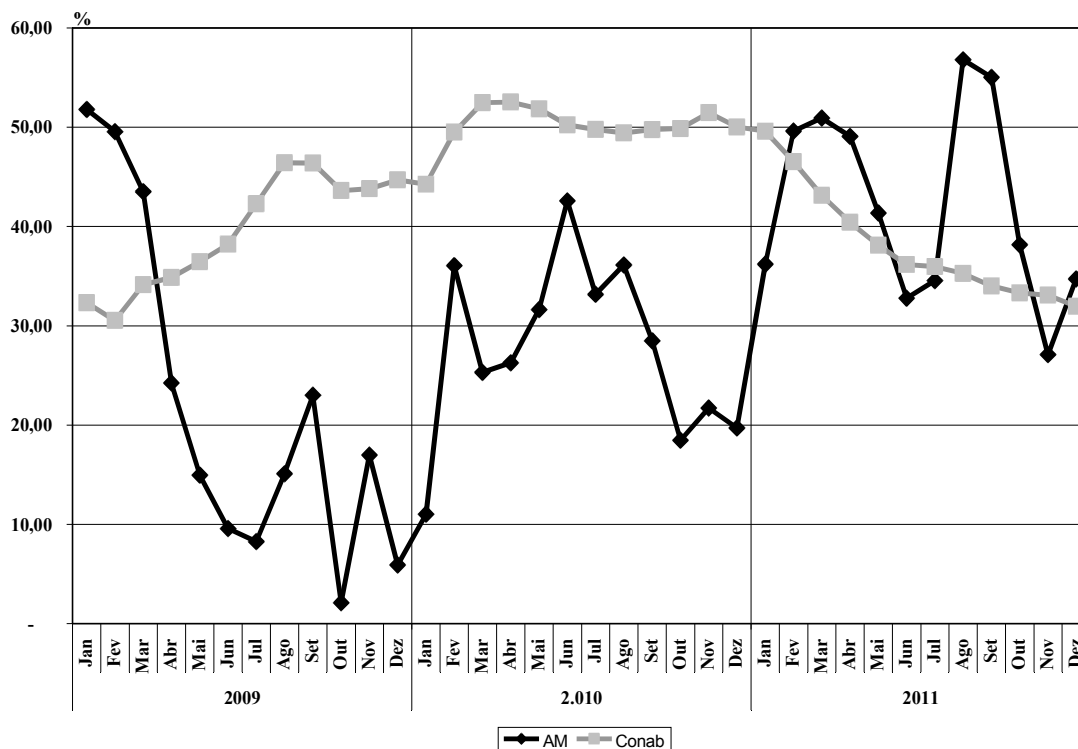
**Quadro XI – Demonstrativo do Resultado do Exercício da Sureg/AM**

Discriminação	Unidade		Total
	Sede	UA-Manaus	
Receita de Vendas e Serviços	-	66.185,60	66.185,60
Receita de Vendas	-	-	-
Recebimento de Vendas em Balcão	2.094.040,00	-	2.094.040,00
Repasse de Vendas em Balcão	(2.094.040,00)	-	(2.094.040,00)
Recebimento da Agricultura Familiar	4.158,00	-	4.158,00
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	(4.158,00)	-	(4.158,00)
Vendas Abastecimento Social			-
Recebimento de Vendas do Funcafé	-	-	-
Repasse de Vendas do Funcafé	-	-	-
Vendas PGPM	-	-	-
Repasse de Vendas da PGPM	-	-	-
Receita de Serviços	-	66.185,60	66.185,60
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-	9.301,80	9.301,80
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	-	56.883,80	56.883,80
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	-	-
=Lucro Bruto Operacional	-	56.883,80	56.883,80
-Despesas Operacionais	9.324.667,54	992.661,74	10.317.329,28
Despesas de Pessoal	6.782.408,13	591.860,50	7.374.268,63
Despesas Financeiras	-	-	-
Despesas Comerciais e Administrativas	2.542.259,41	400.801,24	2.943.060,65
Receitas Operacionais Diversas	8.332.791,15	811.639,02	9.144.430,17
Resultado Não Operacional	(1.265,00)	9.130,00	7.865,00
<b>Resultado</b>	<b>(993.141,39)</b>	<b>(115.008,92)</b>	<b>(1.108.150,31)</b>

Ressalte-se que a baixa capacidade estática dos Armazéns próprios da Sureg/AM limitam a arrecadação de receitas com armazenagem de produtos de terceiros. Em geral, no decorrer do ano, esses armazéns ficam ocupados com estoques públicos, destinados às Atividades Finalística da Companhia.

A figura a seguir apresenta a evolução do Índice de Ocupação da rede própria da Conab. Em relação ao ano anterior verifica-se redução dos índices mensais em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

**Figura XI – Evolução do Índice de Ocupação**



Fonte: Suarm/Gearm

## 6.4. PRINCIPAIS INDICADORES

Não foram desenvolvidos. Atualmente não faz parte das competências regimentais das unidades orgânicas da Superintendência Regional a elaboração desses indicadores.

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1 – REDE ARMAZENADORA PRÓPRIA

A Rede Armazenadora Própria da Sureg/AM é composta por 2 armazéns, agrupados em 1 (uma) unidade armazenadora. A capacidade estática total é de 4.724 toneladas.

**Quadro XII – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns**

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
AM	1	2	4.724	0	0	4.724
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4.724</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.724</b>

Fonte: Suarm/Gecad

#### 7.1.1 ESTOQUES DEPOSITADOS NAS UNIDADES PRÓPRIAS

No fim do exercício, os estoques públicos depositados na unidade armazenadora própria somava 1.275 toneladas e 147.683 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc).

**Quadro XIII – Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (Em kg)	Valor (Em R\$)	Quantidade (Em unidade)	Valor (Em R\$)
AM	1.274.967	1.546.512,83	147.683	145.135,08
<b>Total</b>	<b>1.274.967</b>	<b>1.546.512,83</b>	<b>147.683</b>	<b>145.135,08</b>

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

A seguir encontram-se os quadros detalhados por tipo de produto do estoque público depositado na UA/MANAUS.

**Quadro XIV – Estoques Públicos Depositados em Unidade Própria - Produtos Agropecuários**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
AM	Próprio	Público	Açúcar	53.880	124.290,00
			Arroz	278.370	352.798,20
			Farinha	54.000	112.908,60
			Feijão	96.885	132.742,14
			Feijão preto	50.000	91.000,00
			Flocos de milho	27.000	40.643
			Leite	24.990	197.670,90
			Milho	657.842	430.228,79
			Outros	32.000	64.231,10
<b>Total</b>				<b>1.274.967</b>	<b>1.546.512,83</b>

**Quadro XV – Estoques Públicos Depositado em Unidades Própria - Outros Produtos**

UF	Armazém	Estoque	Produto	Quantidade (Em kg)	Valor (Em R\$)
AM	Próprio	Público	Kit peixe fresco balança	1	975,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco estrutura	1	720,00
	Próprio	Público	Kit peixe fresco puça	1	45,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo avental	3	56,10
	Próprio	Público	Kit peixe vivo balança	1	600,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo bombona	3	164,70
	Próprio	Público	Kit peixe vivo caixa térmica	1	199,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo estrutura	1	435,00
	Próprio	Público	Kit peixe vivo faca	1	28,26
	Próprio	Público	Kit peixe vivo luvas	6	0,90
	Próprio	Público	Kit peixe vivo soprador	1	1.460,00
	Próprio	Público	Sacaria	147.663	140.451,12
	<b>Total</b>				<b>147.683</b>

### 7.1.2. CAPACITAÇÃO DA MÃO DE OBRA DO SETOR ARMAZENADOR

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

### 7.1.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

A manutenção e modernização da rede armazenadora própria; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras, são atividades desenvolvidas dentro do previsto na Ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.

Para o exercício de 2011, a dotação orçamentária prevista para a Sureg/AM foi de R\$28.865,96 em Despesas de Capital, para a execução de serviços de reforma e adaptação de um prédio anexo à Sede da Superintendência Regional, que está instalada no mesmo terreno da Unidade Armazenadora, e vice-versa, onde seria instalado o laboratório de classificação de grãos.

Em supervisão realizada na UA/MANAUS para verificação das condições da unidade, em relação aos requisitos para Certificação, foi relatado que o laboratório de classificação de grãos deveria ser instalado na Unidade Armazenadora. Com isso, houve necessidade de elaboração de projetos de engenharia, serviço que não foi possível executar, nem contratar, em função da Regional não dispor em seu quadro de pessoal de profissional habilitado (engenheiro civil), seja para elaborar o projeto, ou dar apoio à Comissão Permanente de Licitação na confecção dos instrumentos necessário ao procedimento licitatório.

Ressalte-se que por não dispor do profissional mencionado a Sureg/AM solicitou o deslocamento de engenheiro civil de outra Superintendência Regional, o que não foi autorizado pela Matriz.

**Quadro XVI – Diagnóstico de obras necessárias para Certificação da Unidade**

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014		
MANAUS – AM		
Capacidade estática: 4.724	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras		Custos
Cerca e Portão		20.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>68.000,00</b>

## 7.2. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Regional é de 03 empregados treinados e aptos para a execução da atividade.

**Quadro XVII – Relação de Fiscais da Sureg/AM**

	NOME
01	ARMANDO DA SILVA VIANA
02	RENATO RAMOS DE SOUZA
03	DAYSILENE MELLO BATISTA

Fonte: Sufis/Gefis



### 7.2.1. FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE RENDA

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

### 7.2.2. AVALIAÇÃO FÍSICA E GERAL DOS ARMAZÉNS

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 11 irregularidades nos armazéns vistoriados, detalhado nos quadros a seguir.

**Quadro XVIII – Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras**

ESTADO:AMAZONAS										
IRREGULARIDADES/ETAPAS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	TOTAL ANO
PISO AVARIADO			1							1
GOTEIRAS			1						2	3
AFUNDAMENTO NO PÁTIO DE MANOBRAS			1							1
PÁSSAROS NO INTERIOR DO ARMAZÉM			1						1	2
FALTA SECADOR									2	2
RACHADURAS NO PISO									2	2
<b>TOTAL</b>			<b>4</b>						<b>4</b>	<b>11</b>

Fonte: Gefis/Sufis

### 7.2.3. DESVIO OU PERDAS EM ARMAZENAGEM DOS ESTOQUES PÚBLICOS

Não ocorreu no âmbito da Sureg/AM

### 7.3. ATIVIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES

Atividade de fundamental apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab a movimentação de estoques pode ocorrer nos seguintes casos:

- para liberação de espaço visando acolhimento da safra;
- atendimento de determinação judicial;
- rescisão do Contrato de Depósito;

- atendimento de cláusula contratual, a pedido do depositário;
- risco iminente de perda quantitativa do produto, constatado pela fiscalização da Conab, tais como: danos nos equipamentos do armazém necessários à segurança e/ou conservação do produto, estrutura física do armazém comprometida, inundação, incêndio, abandono do produto pelo depositário, ameaça de pilhagem e outros motivos de impedimento técnico do armazém;
- constatação de desvio parcial do produto;
- realização de operações de compra com remoção simultânea em regiões com deficiência de armazenagem;
- descredenciamento do armazém;
- pendência financeira do depositário, com recomendação de remoção pela área de cobrança da Conab;
- atendimento ao programa de venda em “balcão” ou outro envolvendo estoques administrados pela Conab de produtos e embalagens de propriedade da Conab e/ou vinculados a Programas Governamentais.

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab.

#### a) REMOÇÃO DE PRODUTOS VINCULADOS À PGPM

Dos produtos vinculados à PGPM (AGF e Contratos de Opção de Venda) foi contratada a remoção de 3.000 toneladas do Estado do Mato Grosso para o Estado do Amazonas, destinadas ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão

Durante o exercício foram efetivamente removidas 1.499,15 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XIX – Demonstrativo das Remoções Contratadas**

UF		Produto	Motivo	Valores (Em R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditivada	A Remover
MT	AM	Milho(1)	Vendas em balcão	1.086.780,00	755.960,80	3.000.000	1.499.150	1.502.150	-	-
<b>Total Geral</b>				<b>1.086.780,00</b>	<b>755.960,80</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>1.499.150,00</b>	<b>1.502.150,00</b>	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

Notas: (1) Cancelamento por falta de espaço na UA-Manaus

O Amazonas também é caracterizado como estado importador de milho para suprir a demanda interna não atendida por uma produção incipiente e com característica de agricultura de subsistência. Por entender que o Programa Vendas em Balcão é de extrema importância para a produção de ovos e carnes, sobretudo de aves, e também para a geração de empregos na região, a Sureg-AM solicitou a remoção de 3.000 toneladas deste produto para atendimento aos clientes cadastrados. A remoção com origem no Estado do Mato Grosso foi contratada pela Matriz e durante o exercício de 2010 foram removidas 1.499 toneladas, o restante foi cancelado pois não havia espaço suficiente nos armazéns para o recebimento do produto.

As remoções de estoques públicos de feijão e milho atenderam ao contido na Lei n.º 12.429, de 20 de junho de 2011, que autorizava o Poder Executivo a doar produtos alimentícios para assistência humanitária internacional.

## b) REMOÇÃO DE PRODUTOS DO MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 111 toneladas de cestas de alimentos, ou de produtos alimentícios, para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos polos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro XX – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS**

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
AM	RR	8.316,00	8.316,00	29.700	29.700	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>8.316,00</b>	<b>8.316,00</b>	<b>29.700</b>	<b>29.700</b>	-	-	-
PR	AM	192.605,38	192.605,38	436.860	208.710	-	-	228.150
<b>Subtotal</b>		<b>192.605,38</b>	<b>192.605,38</b>	<b>436.860</b>	<b>208.710</b>	-	-	<b>228.150</b>
RS	AM	79.523,00	79.523,00	111.000	84.000	-	-	27.000
<b>Subtotal</b>		<b>79.523,00</b>	<b>79.523,00</b>	<b>111.000</b>	<b>84.000</b>	-	-	<b>27.000</b>
<b>Tota Geral</b>		<b>280.444,38</b>	<b>280.444,38</b>	<b>577.560,00</b>	<b>322.410,00</b>	-	-	<b>255.150,00</b>

## c) REMOÇÃO DE PRODUTOS DO MPA

Em 2011 foi contratada a remoção de 80 kits para comercialização de peixe (55 kits peixe fresco, 22 tendas e 3 tanques extras), conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro XXI – Demonstrativo de Remoção de Kits para Comercialização de Peixe**

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)				
Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
SP	AM	45.209,08	45.209,08	80	-	-	-	80
<b>Total</b>		<b>45.209,08</b>	<b>45.209,08</b>	<b>80</b>	-	-	-	<b>80</b>

Fonte: Suarm/Gemov

## 7.4. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO.

Não foram desenvolvidos. Atualmente não faz parte das competências regimentais das unidades orgânicas da Superintendência Regional a elaboração desses indicadores.

## **8. GESTÃO TECNOLÓGICA**

A gestão da Tecnológica está centralizada Matriz. Essa centralização busca a padronização dos sistemas, dos métodos e dos equipamentos utilizados.

## **9. GESTÃO ESTRATÉGICA**

Não se aplica à Sureg/AM. Constará no Relatório de Gestão da Matriz.

## **10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**

Não se aplica à Sureg/AM. Constará no Relatório de Gestão da Matriz.

## **11. GESTÃO DE PESSOAS**

### **11.1. ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS**

No âmbito da Sureg/AM no exercício de 2011 não houve alocação de pessoal entre áreas ou setores. Para a melhoria da força de trabalho em termos quantitativo e qualitativo a Superintendência Regional vem fazendo gestões visando a reversão da efetivação de exercícios de empregados que retornaram à Companhia, mas ao mesmo tempo tiveram seus exercícios efetivados em outros Órgãos da Administração Pública. Além de pleitear a liberação desses empregados diretamente aos Órgãos onde estão lotados, a Superintendência já solicitou também da Diretoria Administrativa da Companhia, providências junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, visando o retorno desses empregados. Ressalte-se que mesmo prestando serviços em outros órgãos, o ônus decorrente da remuneração, benefícios e encargos desses trabalhadores é integralmente da Conab.

### **11.2. COMUNICAÇÃO INTERNA**

A comunicação de informações importantes para a Companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet - este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

### **11.3. MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL**

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

### **11.4. CAPACITAÇÃO DE PESSOAL**

No período houve 77 treinamentos na Sureg/AM, alcançando 65,81% da meta que previa a capacitação de 117 treinandos, mediante o desenvolvimento de eventos nas áreas de Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Administrativa, Planejamento, Informática, Operacional, Financeira etc. Cabe registrar que vários servidores receberam mais de um treinamento durante o ano, daí serem identificados como treinandos.

No exercício de 2011, o tempo de treinamento somou 2.292 homens/hora com uma carga horária média de 29,76 horas por treinando.

**Quadro XXII – Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação por Área de Conhecimento**

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	15	180	12,00
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	37	1.382	37,34
Financeira	10	272	27,20
Gerencial	0	0	-
Informática	2	80	40,00
Jurídica	0	0	-
Operacional	7	174	24,86
Planejamento	6	204	34,00
Qualidade	0	0	-
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>2.292</b>	<b>29,76</b>

Na Sureg/AM, a maioria dos cursos demandados no Levantamento de Necessidades de Treinamento - LNT realizado no início de 2011 estavam relacionadas às áreas de administração pública (licitações e contratos), de execução orçamentária e financeira, e jurídica. Esses cursos quando disponíveis em Manaus/AM, geralmente são ofertados por empresas de outras praças e ministrados por consultores, palestrantes e instrutores especialistas de outros centros do país. Com isso, o custo fica relativamente alto por participante, girando em torno de R\$1.500,00. Como na Regional a autonomia para autorizar a contratação de treinamentos está limitada a R\$3.000,00/mês, o atendimento das demandas mensais para esses cursos, em média ficou restrito a 2 (dois) participantes/mês. Esses fatores contribuíram para a limitação do número de treinandos, dificultando o atingimento da meta prevista, mesmo com a elevação do percentual de treinandos, em relação ao exercício anterior.

**Quadro XXIII – Comparativo da Execução Física e Financeira em Relação do Exercício Anterior da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação**

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	117	117	0,00	55.000,00	36.000,00	-34,55
Execução	69	77	11,59	52.008,70	23.649,50	-54,53
Percentual de Execução	58,974358974	65,811965812	-	94,56	65,69	-
Gasto per capita (R\$)				753,75	307,14	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

## 11.5. COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE PESSOAL ATIVO

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a Sureg/AM contava com 110 empregados.

**Quadro XXIV – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional**

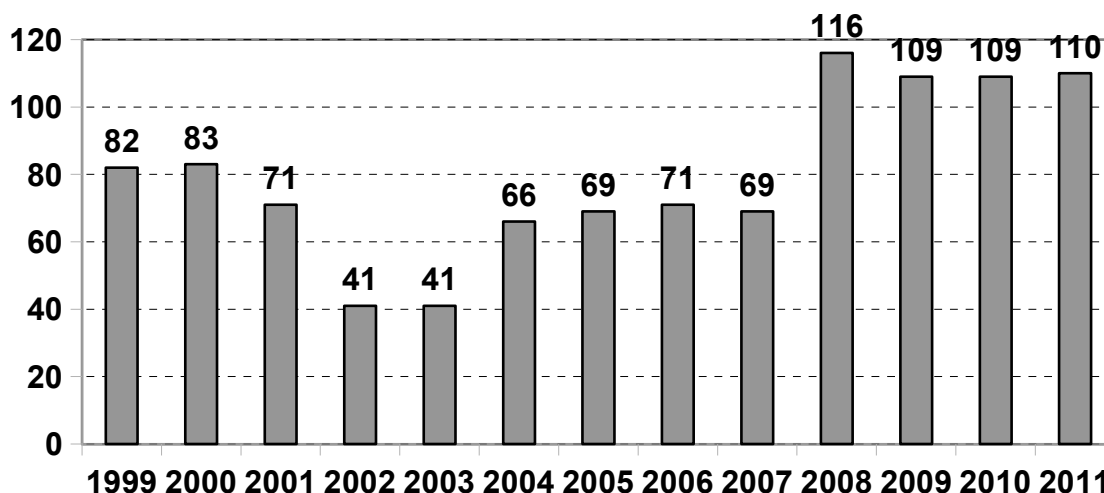
Discriminação	Quantidade de Empregados		
	AM		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	71	74	3
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	2	1	(1)
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	34	33	(1)
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	1	1
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	2	1	(1)
Pensão Vitalícia	0	0	-
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>110</b>	<b>1</b>

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 63,99% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.



Figura XII – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 88 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 80% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro XXV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados		Variação
	AM		
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	22	22	-
Reintegrado (Transitado)	13	13	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	6	6	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-
Anistiado (Lei 8878/94)	68	69	1
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>110</b>	<b>1</b>

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 5.45% do total da força de trabalho .

**Quadro XXVI – Demonstrativo por Nível de Enquadramento**

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxíliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	7	10	5	0	22
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	8	5	0	0	13
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	3	3	0	0	6
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	49	19	1	0	69
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>37</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>110</b>

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 26 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

**Quadro XXVII – Demonstrativo por Nível de Escolaridade**

Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>57</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>97</b>
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			13	3	50	10	4				80
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			4	3	7	2	1				17
<b>2. Provimento de cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13</b>
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas				1	3	5	4				13
<b>3. Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>60</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>110</b>

**LEGENDA: Nível de Escolaridade** 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 32,73 % encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro XXVIII – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ**

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
<b>1. Cediidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>33</b>
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	33
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
<b>2. Licença Remunerada (2.1+2.2)</b>	<b>1</b>
2.1 Licença Maternidade	1
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
<b>3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)</b>	<b>2</b>
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	1
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	1
<b>4. Total de servidores afastados em 31 de dezembro</b>	<b>36</b>

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 11 empregados (10% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No final do exercício havia cerca de 26 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

**Quadro XXIX – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária**

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa										Participação (%)
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	>40	Total	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
31 a 35	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3,85
36 a 40	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3,85
41 a 45	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3,85
46 a 50	17	1	0	0	1	2	1	0	0	22	84,62
51 a 55	14	10	1	2	0	10	2	0	0	39	150,00
56 a 60	9	4	0	1	1	3	8	0	0	26	100,00
61 a 65	2	4	1	0	0	1	2	0	0	10	38,46
66 a 70	4	2	0	1	0	0	0	0	0	7	26,92
Mais de 70	1	1	0	0	0	0	1	0	0	3	11,54
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>110</b>	<b>-</b>

Fonte: Dipai/Sutin

### 11.5.1. ADMISSÕES, DEMISSÕES E TRANSFERÊNCIAS

Durante o exercício no âmbito da Sureg/AM ocorreram 3 admissões relativas a anistiados (Lei 8878/94), e 2 demissões, sendo uma por falecimento e outra a pedido.

### 11.5.2. PERSPECTIVAS DE APOSENTADORIA

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

### 11.5.3. RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Para a recomposição do seu quadro de pessoal a Sureg/AM vem fazendo gestões desde 2009, por intermédio da Matriz, para retorno de empregados cedidos diretamente a outros Órgãos.

### 11.5.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Além dos empregados, a Sureg/AM contava com 12 estagiários, todos de nível superior, com custo anual de R\$101.622,54 (salário e auxílio transporte).

**Quadro XXX – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2011	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
<b>Nível Superior</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	16	12	101.622,54
Área Fim	6	6	6	6			
Área Meio	6	6	6	6			
<b>Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
Área Fim	-	-	-	-			
Área Meio	-	-	-	-			
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	

Fonte: Gefad/Seade

### 11.5.5. CUSTOS DE PESSOAL

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg/AM foi de R\$7.693.326,98, com participação de cerca de 1,87% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de cerca de 4,72% sobre o valor de 2010.

**Quadro XXXI – Demonstrativo de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011**

Detalhamento	Ano		
	2009	2010	2011
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>6.517.597,35</b>	<b>7.346.415,88</b>	<b>7.693.326,98</b>
<b>Vencimentos e vantagens Fixas</b>	<b>4.533.459,27</b>	<b>5.097.404,81</b>	<b>5.241.790,54</b>
Vencimentos e Salários	2.757.969,19	3.143.004,89	3.234.481,88
Incorporações	19.590,12	21.405,68	26.218,86
Adicional de Insalubridade	0,00	0,00	204,00
Gratificação p/ Exercício de Cargos	114.000,00	2.000,00	0,00
Gratificação por Exercício de Funções	388.241,53	416.804,09	464.134,41
Gratificação por Tempo de Serviço	390.747,22	426.166,25	445.572,28
13.º Salário	463.980,88	560.480,07	578.410,31
Férias – Abone Pecuniário	102.306,57	127.720,99	132.623,23
Férias – Abono Constitucional	104.733,79	127.384,97	126.437,11
Férias – Pagamento Antecipado	154.635,26	178.800,94	180.744,58
Licença-Prêmio	73.465,95	201.317,71	132.180,90
Créditos p/ Acerto Financ. C/ Ex-servidores	121.162,52	130.593,16	147.320,05
(-)Créditos p/ Acerto Financ. C/ Ex-servidores	-160.758,25	-293.340,21	-200.690,59
Provisão para Décimo Terceiro Salário	290.156,75	339.269,50	347.030,09
(-)Provisão para Décimo Terceiro Salário	-286.532,89	-339.269,50	-348.882,70
Provisão para Férias	536.944,05	649.005,88	616.159,19
(-)Provisão para Férias	-479.593,98	-545.665,13	-625.545,99
Adiantamentos Concedidos – Não Financeiros	267.820,00	324.651,83	365.994,92
(-)Adiantamentos Concedidos	-325.409,44	-372.926,31	-380.601,99
<b>Obrigações Patronais</b>	<b>1.572.076,42</b>	<b>1.860.337,71</b>	<b>1.933.131,01</b>
F.G.T.S.	357.225,15	395.948,82	415.013,63
Contribuição de Salário Educação	111.365,49	123.699,68	129.697,37
Encargos Sociais sobre Provisões	264.872,94	355.612,63	348.829,83
(-)Encargos Sociais sobre Provisões	-243.883,77	-307.575,26	-353.004,78
Contribuições Previdenciárias – INSS	1.037.949,58	1.153.188,54	1.208.769,98
Seguros de Acidentes do Trabalho	44.547,03	139.463,30	183.824,98
<b>Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil</b>	<b>389.631,41</b>	<b>384.256,92</b>	<b>401.217,19</b>
Indenizações e Restituições Trabalhistas – Ativo Civil	12.228,20	0,00	7.090,83
Substituições	22.213,82	24.215,12	35.496,90
Indenizações Trabalhistas – Ativo Civil	741,07	0,00	1.620,44
Desp. Exercícios Anteriores-Ativo Civil	0,00	0,00	2.450,53
Serviços Extraordinários	0,00	0,00	909,49
Indenização Auxílio-Transporte	248.688,32	239.858,90	252.476,00
Auxílio Funeral Ativo Civil	20.100,00	26.766,50	14.874,00
Auxílio Escola-Acordo Coletivo	18.320,00	23.240,00	18.700,00
Auxílio Deficiente – Acordo Coletivo	21.420,00	24.561,60	23.776,20
Auxílio Creche	45.920,00	45.614,80	43.822,80
<b>Sentenças Judiciais e Dep. Compulsórios</b>	<b>22.430,25</b>	<b>4.416,44</b>	<b>117.188,24</b>
Sent. Judic. Trans. Julg. Car. Unico-Ativo Civil	1.256,15	4.416,44	75.420,63
Depósitos para Recursos	100.335,68	85.690,22	189.179,17
Depósitos para Recursos	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados	87.778,35	85.690,22	59.436,12
(-)Depósitos Realizáveis Vinculados	-100.335,68	-85.690,22	-189.179,17

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

### 11.5.6. MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

**Quadro XXXII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: CONAB / SUREG AM													
UG/Gestão: 135045 / 22211						CNPJ: 26.461.699/0377-77							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	001	09.540.692/0001-35	21/09/2010	20/09/2012	11	11					P
2009	V	O	006	07.030.464/0001-90	01/07/2008	30/06/2012			10	10			P

**Observação:**

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CONAB/GEFAD/AM

**Quadro XXXIII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Unidade Contratante													
Nome: CONAB / SUREG AM													
UG/Gestão: 135045 / 22211						CNPJ: 26.461.699/0377-77							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	003	01.768.859/0001-08	16/10/2009	15/10/2012							P

**Observação:**  
Não existe número fixo de trabalhadores e de advogados.

**LEGENDA**  
**Área:**  
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;  
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis  
 3. Serviços de Copa e Cozinha;  
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;  
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;  
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;  
 7. Outras.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CONAB/GEFAD/AM

**Quadro XXXIV - Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
001/2010	7	7	CONAB SEDE SUREG/AM
001/2010	7	3	CONAB / UA MANAUS
006/2009	8	4	CONAB / SEDE SUREG/AM
006/2009	8	4	CONAB / UA MANAUS
006/2009	8	2	CONAB / UA HUMAITÁ

**LEGENDA**  
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: CONAB/GEFAD/AM

## 11.6. CIBRIUS

Não se aplica à Sureg/AM. Constará no Relatório de Gestão da Matriz

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.

### 12.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESAS

#### 12.1.1. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

**Quadro XXXV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total	
				1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras		
Movimentação Interna	Recebido	135100	135045	20.122.0352.2272.0001	2.305.537,85	0,00	0,00	0,00	2.305.537,85
		135100	135045	20.122.0352.2272.0001	0,00	1.351.825,20	40.046,88	0,00	1.391.872,08
		135100	135045	20.122.1492.2272.0001	0,00	432,00	0,00	0,00	432,00
		135100	135045	20.125.0352.2137.0001	0,00	2.367,00	0,00	0,00	2.367,00
		135100	135045	20.128.0360.4572.0001	0,00	25.530,50	0,00	0,00	25.530,50
		135100	135045	20.301.0352.2004.0001	0,00	772.083,06	0,00	0,00	772.083,06
		135100	135045	203060352.2012.0001	0,00	593.965,43	0,00	0,00	593.965,43
		135100	135045	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	919.365,32	919.365,32
		135100	135045	20.605.0352.8579.0001	0,00	6.992,52	0,00	0,00	6.992,52
		135100	135045	20.605.0360.4711.0001	0,00	7.355,46	0,00	0,00	7.355,46
		135100	135045	20.692.0352.4710.0001	0,00	18.162,27	0,00	0,00	18.162,27
		135100	135045	28.846.0901.0022.0001	266.947,99	0,00	0,00	0,00	266.947,99
		135100	135246	20.125.0352.2137.0001	0,00	-395,74	0,00	0,00	-395,74
		135347	135045	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.089.232,26	0,00	0,00	1.089.232,26
		135347	135045	08.605.1049.2802.0001	0,00	437.812,84	0,00	0,00	437.812,84
		135347	135045	21.122.0351.2B83.0001	0,00	2.850,30	0,00	0,00	2.850,30
		135347	135045	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	617.560,00	617.560,00
		135347	135045	08.306.1049.2798.0001	0,00	7.207.848,95	0,00	0,00	7.207.848,95
		135347	135045	06.182.1029.22BO.0103	0,00	1.342,89	0,00	0,00	1.342,89
		135347	135553	08.605.1049.2802.0001	0,00	-4.159,38	0,00	0,00	-4.159,38
		135347	135553	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-217,98	0,00	0,00	-217,98
	135347	135247	08.244.1049.2792.0001	0,00	-276,82	0,00	0,00	-276,82	
	Enviado	135045	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	21.074,60	0,00	0,00	21.074,60
		135045	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	90.539,35	2.145,98	0,00	92.685,33
		135045	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	1.489,00	0,00	0,00	1.489,00
		135045	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.881,00	0,00	0,00	1.881,00
		135045	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	142.817,80	0,00	0,00	142.817,80
		135045	135100	203060352.2012.0001	0,00	1.519,80	0,00	0,00	1.519,80
		135045	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	464.348,37	464.348,37
		135045	135100	20.605.0352.8579.0001	0,00	3.844,05	0,00	0,00	3.844,05
		135045	135100	20.605.0360.4711.0001	0,00	663,43	0,00	0,00	663,43
		135045	135100	21.122.0351.2B83.0001	0,00	308,55	0,00	0,00	308,55
		135045	135100	28.846.0901.0022.0001	2.348,19	0,00	0,00	0,00	2.348,19
135045		135347	203060352.2012.0001	0,00	62,80	0,00	0,00	62,80	
135045	135347	08.605.1049.2802.0001	0,00	36.989,78	0,00	0,00	36.989,78		
135045	135347	20.122.0352.2272.0001	0,00	500,28	0,00	0,00	500,28		



## 12.1.2. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDO POR MOVIMENTAÇÃO

Quadro XXXVI – Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	58.800,00	58.800,00	58.800,00	58.800,00
Pregão	5.195.903,67	3.217.037,01	5.195.903,67	3.217.037,01
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	8.468.934,24	8.123.863,02	8.468.934,24	8.123.863,02
Inexigibilidade	1.029.203,50	689.861,19	1.029.203,50	689.861,19
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	7.043,39	1.948,05	7.043,39	1.948,05
<b>Pagamento de Pessoal</b>				

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$8.123.863,02, incluindo R\$7.825.408,95 aplicados na aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, representando cerca de 96,33% dos empenhos realizados nesta modalidade.

Na modalidade Pregão destacam-se as despesas empenhadas para pagamento de aquisição de produtos destinados ao Programa Fome Zero para atender demanda do MDS (R\$983.751,68), do transporte de milho em atendimento ao Programa Vendas em Balcão (R\$404.872,75), as despesas com a concessão do Auxílio-Alimentação aos empregados (R\$592.382,83) e o pagamento por serviços de vigilância ostensiva (R\$524.734,50), que juntos representaram 77,89% do total empenhado nesta modalidade.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios. Em 2011, estas despesas representaram 98,47% do total empenhado.

### 12.1.3. DESPESA CORRENTES E DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Quadro XXXVII - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1 – Despesa de Pessoal</b>	<b>2.187.405,88</b>	<b>2.525.532,17</b>	<b>2.187.405,88</b>	<b>2.525.532,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.002.911,75</b>	<b>2.331.966,37</b>
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	3.718,50	0,00	3.718,50	0,00	0,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	380.471,00	401.120,60	380.471,00	401.120,60	0,00	0,00	350.485,94	369.665,48
Obrigações Patronais	1.716.828,22	1.847.382,00	1.716.828,22	1.847.382,00	0,00	0,00	1.562.319,15	1.685.271,32
Depósitos Compulsórios	85.690,22	189.179,17	85.690,22	189.179,17	0,00	0,00	85.690,22	189.179,17
Sentenças Judiciais	4.416,44	75.420,63	4.416,44	75.420,63	0,00	0,00	4.416,44	75.420,63
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	8.711,27	0,00	8.711,27	0,00	0,00	0,00	8.711,27
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>12.220.588,93</b>	<b>11.232.134,92</b>	<b>12.101.166,44</b>	<b>10.843.562,91</b>	<b>119.422,49</b>	<b>388.572,01</b>	<b>11.084.631,26</b>	<b>10.191.250,79</b>
Diárias	113.633,75	82.585,74	113.633,75	82.585,74	0,00	0,00	113.633,75	82.585,74
Material de Consumo	105.011,47	0,00	100.474,47	0,00	4.537,00	0,00	81.313,25	0,00
Material de Distribuição Gratuita	9.212.321,10	8.191.600,63	9.124.673,10	7.956.039,13	87.648,00	235.561,50	8.182.755,89	7.451.069,10
Passagens e Despesas com Locomoção	70.360,50	45.644,82	70.360,50	46.524,82	0,00	-880,00	70.228,10	46.524,82
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	13.936,37	13.576,38	13.936,37	13.576,38	0,00	0,00	13.936,37	13.511,18
Locação de Mão-de-Obra	489.250,67	524.734,50	489.250,67	524.734,50	0,00	0,00	489.250,67	520.509,92
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.169.164,68	2.311.586,54	2.142.020,26	2.159.586,03	27.144,42	152.000,51	2.086.695,91	2.016.533,72
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	30.326,50	56.892,23	30.233,43	55.002,23	93,07	1.890,00	30.233,43	55.002,23
Indenizações e Restituições	16.583,89	5.514,08	16.583,89	5.514,08	0,00	0,00	16.583,89	5.514,08
<b>4 – Investimentos</b>	<b>18.112,30</b>	<b>37.900,90</b>	<b>8.982,30</b>	<b>35.700,90</b>	<b>9.130,00</b>	<b>2.200,00</b>	<b>8.861,92</b>	<b>11.597,90</b>
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	18.112,30	37.900,90	8.982,30	35.700,90	9.130,00	2.200,00	8.861,92	11.597,90
<b>5 – Inversões Financeira</b>	<b>2.803.961,13</b>	<b>1.072.576,95</b>	<b>1.828.436,92</b>	<b>1.072.576,95</b>	<b>975.524,21</b>	<b>0,00</b>	<b>1.225.267,30</b>	<b>1.072.576,95</b>
Aquisição de Produtos para Revenda	2.803.961,13	1.072.576,95	1.828.436,92	1.072.576,95	975.524,21	0,00	1.225.267,30	1.072.576,95
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>17.230.068,24</b>	<b>14.868.144,94</b>	<b>16.125.991,54</b>	<b>14.477.372,93</b>	<b>1.104.076,70</b>	<b>390.772,01</b>	<b>14.321.672,23</b>	<b>13.607.392,01</b>

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 15,46%, decorrente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e outras variações.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$11.232.134,92, com redução de 8,09% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da menor aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, que passaram de R\$9.212.321,10, em 2010, para R\$8.191.600,63, em 2011, e, também devido ao contingenciamento de 28% nas despesas correntes, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se aumento de aproximadamente 109,26% nas despesas empenhadas devido principalmente à aquisição de equipamentos de proteção, segurança e socorro.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram redução de 61,75%, caindo de R\$2.803.961,13 para R\$1.072.576,95. Em 2011 destacaram-se as despesas com a aquisição de produtos de agricultores familiares, que representaram 57,78% das despesas totais deste Grupo, e o pagamento de fretes pela remoção de milho para atendimento ao Programa Vendas em Balcão, com participação de 37,75%.

#### 12.1.4. EXECUÇÃO FÍSICA É ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Quadro XXXVIII - Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta para 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2004	A	4	Pessoa beneficiada	410	406	405	630.000,00	629.265,26
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	106	76	100	-	-
20	306	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	82	105	95	-	-
20	331	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	104	108	109	600.000,00	592.382,83
20	126	0352	2130	A	4	Produto adquirido	-	-	-	1.000.000,00	455.016,95
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	29	37	19	1.000,00	878,00
20	605	0352	2272	A	4	-	-	-	-	3.505.000,00	3.496.403,77
20	122	0352	4710	A	4	Unidade organizada	112	15		20.000,00	18.162,27
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	117	77	103	36.000,00	23.649,50
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	280.000,00	264.599,80

Fonte: Supor/Geare

Cabe esclarecer que o planejamento, a organização, o acompanhamento e a avaliação de todas as atividades desenvolvidas pela Conab é realizado pela Matriz, que participa de forma direta de várias iniciativas.

Dentre as ações cuja execução orçamentária está sob a responsabilidade da Sureg/AM, destacamos as seguintes:

#### 12.1.4.1. AÇÃO (2004) ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

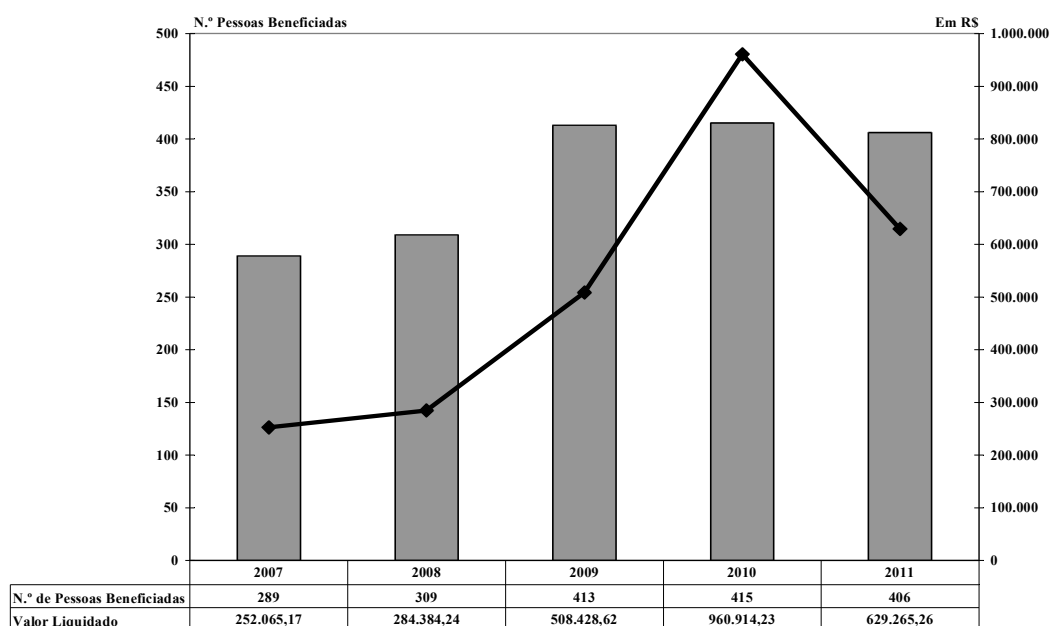
##### Quadro XXXIX - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes  
Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001  
PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AM	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	630.000,00	
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>24.605.292,00</b>	<b>630.000,00</b>	<b>2,56</b>
Execução Orçamentária	24.534.231,29	629.265,26	2,56
<b>Índice</b>	<b>99,71</b>	<b>99,88</b>	-
Meta Física	14.849	410	2,76
Execução Física	14.880	406	2,73
<b>Índice</b>	<b>100,21</b>	<b>99,02</b>	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Figura XIII – Execução Física e Financeira da Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes



No exercício de 2011 a execução física e financeira ocorreu de acordo com o padrão esperado.

Em relação ao exercício anterior houve uma redução da execução financeira de 34,51%. Contribuiu para esse resultado a diminuição das internações para cirurgias e tratamentos de doenças cardíacas graves, além de cirurgias inadiáveis para tratamento de outras doenças. A Conab continua investindo nos exames periódicos anuais, na aplicação de vacinas e no maior controle de emissões de guias de exames.

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de autogestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab, por intermédio desta ação, custeou também Exames Médicos Periódicos obrigatórios, em função da não programação orçamentária específica para suprir os gastos com tais exames.

#### 12.1.4.2. AÇÃO (20CW) ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS

**Quadro XL - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos**  
(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos  
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001  
PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AM	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
<b>Dotação Final</b>	<b>754.740,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Execução Orçamentária	753.997,08	-	0,00
<b>Índice</b>	<b>99,90</b>	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	106	2,53
Execução Física	2.488	76	3,05
<b>Índice</b>	<b>59,34</b>	<b>71,70</b>	-

Fonte: Geare e Gebem

Somente 71% da meta física foi atingida. Contribuiu para esse resultado o fato de alguns exames não terem sido concluídos até o dezembro/2011. O exame periódico é considerado concluso somente após a apresentação do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO na área de recursos humanos.

As despesas foram liquidadas na Ação 2004- Assistência Médica Odontológica, em função da não previsão orçamentária específica, e do fato do exame médico periódico anual ser de caráter obrigatório, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora n.º 7 (NR-7) da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal da Conab - Capítulo XIII- dos Deveres e Proibições.

### 12.1.4.3. AÇÃO (2011) AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

#### Quadro XLI – Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AM	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	0,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
<b>Dotação Final</b>	<b>7.441.122,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>7.352.073,59</b>	<b>252.476,00</b>	<b>3,43</b>
Valor Liquidado na Sureg-AM	0,00	0,00	-
Valor Liquidado na Matriz	0,00	252.476,00	100,00
<b>Índice</b>	<b>98,80329324</b>	-	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	82	2,50
Execução Física	4.286	105	2,45
<b>Índice</b>	<b>130,591103</b>	<b>128,05</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Na Sureg/AM todos empregados optaram por receber o auxílio transporte em pecúnia. A execução financeira é realizada na Matriz por meio da Folha de Pagamento, com base nas informações repassadas pela Regional, mensalmente. A execução física está compatível com o número de empregados Sureg.

### 12.1.4.4. AÇÃO (2012) AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

#### Quadro XLII - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AM	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	600.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	
<b>Dotação Final</b>	<b>22.246.764,00</b>	<b>#VALOR!</b>	<b>#VALOR!</b>
Execução Orçamentária	21.662.047,14	592.382,83	2,73
<b>Índice</b>	<b>97,37</b>	<b>#VALOR!</b>	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	104	2,48
Execução Física	4.334	108	2,49
<b>Índice</b>	<b>103,36</b>	<b>103,85</b>	-

A execução física desta ação ocorreu de acordo com o padrão esperado.

#### 12.1.4.5. AÇÃO (2130) FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS - PGPM

##### Quadro XLIII – Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Formação dos Estoques Públicos

(21301) Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AM	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	1.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
<b>Dotação Final</b>	<b>2.169.760.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,05</b>
Execução Orçamentária	918.235.408,22	453.748,08	0,05
<b>Índice</b>	<b>42,32</b>	<b>45,37</b>	-
Meta Física	4.031.000	0	0,00
Execução Física	811.250	0	0,00
<b>Índice</b>	<b>20,13</b>	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

##### Quadro XLIV – Demonstrativo da Execução Financeira da Ação Formação dos Estoques Públicos por Natureza de Despesa

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)
	Sureg-AM
ICMS	46.638,87
Análises laboratoriais	2.211,46
Taxas e pedágios	25,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	404.872,75
<b>Total</b>	<b>453.748,08</b>

Não houve meta física programada para esta Ação. A execução financeira concentrou-se no pagamento de despesas com frete, por conta da remoção de cerca de 1.500 Ton. de milho em grãos do Estado do Mato Grosso para o Amazonas, assim como do pagamento de ICMS, análises laboratoriais e taxas, relativas ao produto removido.

Da dotação orçamentária programada foi executado cerca de 45,37%. Esse resultado é reflexo do cancelamento da remoção de cerca de 1.500 toneladas de milho em grãos, em função da capacidade estática da Unidade Armazenadora de Manaus ter chegado ao limite. Além disso, a Conab não foi demandada a intervir no mercado para garantir preço mínimo ao produtor.



#### 12.1.4.6. AÇÃO (2137) FISCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES E DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

**Quadro XLV – Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária da Ação Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares**

<b>(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares</b>			
<b>Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001</b>			
<b>PTRES = 01690</b>			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AM	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 1.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
<b>Dotação Final</b>	<b>R\$ 4.200.000,00</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>	<b>0,02</b>
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 878,00	0,05
<b>Índice</b>	<b>38,65</b>	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	29	0,53
Execução Física	6.030	37	0,61
<b>Índice</b>	<b>109,64</b>	<b>127,59</b>	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A execução financeira ocorreu de acordo com o padrão esperado. Contribuiu para esse resultado o fato da Unidade Armazenadora estar instalada no mesmo terreno da Sede da Sureg, onde estão lotados os fiscais. A fiscalização dos instrumentos de comercialização no âmbito da Regional, assim como os deslocamento para outros Estados, para participação na fiscalização nacional, foram realizadas conforme as demandas apresentadas e de acordo com a disponibilidade dos fiscais que também atuam nas demais atividades finalísticas da Sureg.

#### 12.1.4.7. AÇÃO (2272) GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

**Quadro XLVI - Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa**

<b>(2272) Gestão e Administração do Programa</b>			
<b>Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001</b>			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM	
<b>Dotação Orçamentária Inicial</b>	<b>390.916.326,00</b>	-	-
<b>Dotação Orçamentária Final</b>	<b>488.416.326,00</b>	<b>3.585.000,00</b>	<b>0,73</b>
Pessoal	391.071.326,00	2.265.000,00	0,58
Custeio	77.070.000,00	1.280.000,00	1,66
Investimentos	20.275.000,00	40.000,00	0,20
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>461.250.028,94</b>	<b>3.496.403,77</b>	<b>0,76</b>
Pessoal	387.327.794,86	2.260.932,37	0,58
Custeio	73.477.389,40	1.199.770,50	1,63
Investimentos	444.844,68	35.700,90	8,03
<b>Índice</b>	<b>94,44</b>	<b>97,53</b>	-

Fonte: Supor e Siafi

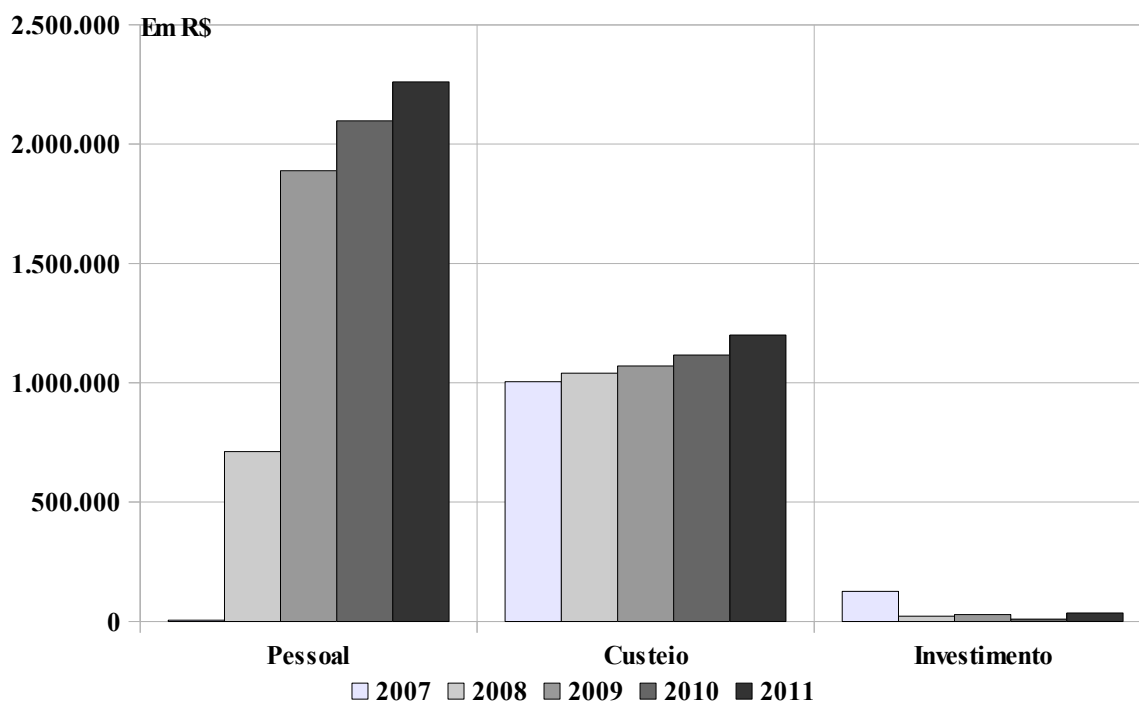
Esta Ação não tem meta física. Além de dispêndios com pessoal e encargos, foram realizadas despesas com custeio, destacando-se o pagamento de vigilância ostensiva, serviços de energia elétrica, capatazia, estiva e pesagem, diárias no país, serviços de telecomunicações, seguros em geral, serviços de apoio ao ensino, serviços técnicos profissionais e limpeza e conservação, dentre outras.

O quadro a seguir detalha a execução financeira da Sureg/AM nos últimos exercícios.

**Quadro XLVII - Demonstrativo de Execução da Despesa da Ação Gestão e Administração do Programa**

Discriminação	AM				
	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Pessoal</b>	<b>5.700,63</b>	<b>712.005,91</b>	<b>1.888.887,26</b>	<b>2.097.299,22</b>	<b>2.260.932,37</b>
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	98.692,01	364.439,96	380.471,00	401.120,60
Obrigações patronais	0,00	608.240,67	1.511.478,03	1.716.828,22	1.847.382,00
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	5.700,63	5.073,23	12.969,27	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	8.711,27
<b>Custeio</b>	<b>1.004.133,34</b>	<b>1.039.746,88</b>	<b>1.070.563,35</b>	<b>1.116.668,86</b>	<b>1.199.770,50</b>
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	30.885,00	46.102,50	17.933,00	44.205,75	31.338,50
Material de consumo	92.499,98	84.176,73	108.569,22	84.876,90	48.342,75
Passagens e Despesas com locomoção	34.826,26	38.887,10	12.825,16	22.270,85	13.458,75
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de mão-de-obra	411.911,42	448.079,37	508.788,49	489.250,67	524.734,50
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	360.210,15	397.115,35	388.931,39	0,00	545.057,72
Obrigações tributárias e contributivas	72.532,98	0,00	0,00	27.270,52	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	1.267,55	1.817,85	1.607,58	11.305,89	5.304,08
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	437.488,28	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	23.567,98	31.908,51	0,00	31.534,20
<b>Investimentos</b>	<b>126.055,84</b>	<b>21.761,00</b>	<b>27.939,00</b>	<b>8.982,30</b>	<b>35.700,90</b>
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	25.357,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	126.055,84	21.761,00	2.582,00	8.982,30	35.700,90
<b>Total</b>	<b>1.135.889,81</b>	<b>1.773.513,79</b>	<b>2.987.389,61</b>	<b>3.222.950,38</b>	<b>3.496.403,77</b>

**Figura XIV - Demonstrativo da Execução Financeira por Grupo de Despesa da Ação Gestão e Administração do Programa**



#### 12.1.4.8. AÇÃO (4710) ORGANIZAÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS VAREJISTAS

**Quadro XLVIII - Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas**

<b>(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas</b>			
Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>200.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>10,00</b>
Execução Orçamentária	128.741,18	18.162,27	14,11
<b>Índice</b>	64,37	90,81	-
<b>Meta Física – unidade organizada</b>	<b>1.000,00</b>	<b>112</b>	<b>11,20</b>
Execução Física	152,00	15	<b>9,87</b>
<b>Índice</b>	15,20	13,39	-

Fonte: Supor e Siafi

A análise sobre esta Ação consta no item 5.1, deste relatório.

### 12.1.4.9. AÇÃO (4572) CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

**Quadro XLIX – Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação**

<b>(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação</b>			
<b>Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001</b>			
<b>PTRES = 001694</b>			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/AM	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	3,24
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>1.530.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	
Execução Orçamentária	372.576,40	23.649,50	6,35
<b>Índice</b>	<b>24,35</b>	<b>65,69</b>	
Meta Física	4.300	117	2,72
Execução Física	3.165	77	2,43
<b>Índice</b>	<b>73,60</b>	<b>65,81</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

**Quadro L – Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação por Elemento de Despesa**

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	7.830,00	-	9.561,02	-	5.370,00	-	312,50	23.073,52
2008	4.965,00	-	10.545,57	-	25.581,50	-	62,00	41.154,07
2009	2.977,50	-	4.203,47	-	29.584,00	-	-	36.764,97
2010	9.900,00	-	3.914,70	-	36.626,00	-	1.568,00	52.008,70
2011	-	-	-	-	23.649,50	-	-	23.649,50

Fonte: Siafi

A análise sobre a execução desta Ação consta no item 11.4, deste relatório.

**12.1.4.10. AÇÃO (0022) CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO, DEVIDA POR EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.**

**Quadro LI – Demonstrativo da Execução Física e Financeira da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista**

<b>(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista</b>			
<b>Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001</b>			
<b>PTRES = 001687</b>			
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>		<b>Participação (%)</b>
	<b>Conab</b>	<b>Sureg/AM</b>	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	280.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	0,00	
<b>Dotação Final</b>	<b>18.661.376,00</b>	<b>280.000,00</b>	<b>1,50</b>
Execução Orçamentária	17.353.314,98	264.599,80	1,52
<b>Índice</b>	<b>92,99</b>	<b>94,50</b>	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

**Quadro LII – Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista por Elemento de Despesa**

<b>Exercício</b>	<b>Elemento de Despesa (R\$)</b>				<b>Total</b>
	<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>		<b>Desp. Correntes</b>		
	<b>Depósitos Compulsórios</b>	<b>Sentenças Judiciais</b>	<b>Pensões</b>	<b>Sentenças Judiciais</b>	
2007	17.134,10	54.257,78	0,00	0,00	71.391,88
2008	20.338,59	0,00	0,00	0,00	20.338,59
2009	100.335,68	1.256,15	0,00	0,00	101.591,83
2010	85.690,22	4.416,44	0,00	0,00	90.106,66
2011	189.179,17	75.420,63	0,00	0,00	264.599,80

A execução financeira desta Ação foi de 94,50% do valor programado.

## 12.2. RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

### 12.2.1 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro LIII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.558.131,29	-	1.413.947,91	144.183,38
2009	1.183.734,37	-	1.179.744,41	3.989,96
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	A Pagar
2010	1.104.076,70	76.657,80	1.027.418,90	-
2009	2.498.035,37	169.683,26	2.328.352,11	-
...				
Observações:				

Fonte: Siafi

#### 12.2.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

Os pagamentos dos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados evoluíram normalmente, ocorrendo ainda nos primeiros meses do exercício seguinte à inscrição. Os valores cancelados referem-se a deduções efetuadas quando do pagamento em face de aplicação de penalidades, assim como de recolhimento de impostos e contribuições retidas do fornecedor, na forma da legislação pertinente. O saldo a pagar em 31/12/2011, refere-se a impostos e contribuições federais relativos a compras antecipadas de produtos da agricultura familiar, via Programa de Aquisição de Alimentos, cuja entrega continua em operação.

## 12.3. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO.

Para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, para a aquisição de gêneros alimentícios objetivando a formação e distribuição de cestas de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e outras atividades, a Conab recebe recursos orçamentários e financeiros de outros órgãos públicos, destacando-se os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, do Desenvolvimento Agrário-MDA e da

Integração Nacional-MI. Porém as transferências são recebidas na Matriz (UG 135100) e descentralizadas às diversas UJ para execução.

#### **12.4. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO.**

Não ocorreu no âmbito da Sureg/AM

**12.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76, INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS.**
**12.5.1. BALANÇO PATRIMONIAL**
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

<b>A T I V O</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.735.555.770,99</b>	<b>5.212.315.145,43</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.060.620,29</b>	<b>972.426,41</b>
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.049.032.903,78</b>	<b>702.486.519,56</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>751.495.446,69</b>	<b>578.264.288,00</b>
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>292.645.279,10</b>	<b>119.415.257,35</b>
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>4.892.177,99</b>	<b>4.806.974,21</b>
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>3.685.418.718,01</b>	<b>4.508.832.121,49</b>
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>43.528,91</b>	<b>24.077,97</b>
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>573.912.136,02</b>	<b>567.647.970,33</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>317.083.667,52</b>	<b>307.205.272,55</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>131.473.814,53</b>	<b>120.748.569,96</b>
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>185.609.852,99</b>	<b>186.456.702,59</b>
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>80.222.308,20</b>	<b>80.262.840,30</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>176.527.368,99</b>	<b>180.147.857,48</b>



Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>78.791,31</b>	<b>32.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.309.467.907,01</b>	<b>5.779.963.115,76</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.952.025.232,72</b>	<b>5.446.379.747,49</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>117.196.011,03</b>	<b>30.625.802,58</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>2.085.251,58</b>	<b>1.858.851,68</b>
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>17.168.338,92</b>	<b>17.077.860,98</b>
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>97.942.420,53</b>	<b>11.689.089,92</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.834.829.221,69</b>	<b>5.415.753.944,91</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>177.842.494,99</b>	<b>59.009.233,29</b>
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
<b>PROVISÕES</b>	<b>242.630.604,68</b>	<b>243.404.292,41</b>
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>617.049.103,45</b>	<b>549.222.334,34</b>
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>3.790.672.956,65</b>	<b>4.548.342.382,92</b>
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>6.606.203,92</b>	<b>15.754.080,72</b>
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>3.899,48</b>	<b>2.652,71</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>23.958,52</b>	<b>18.968,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>18.228.235,37</b>	<b>15.360.005,51</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00

<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>18.158.815,37</b>	<b>15.290.585,51</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>18.158.815,37</b>	<b>15.290.585,51</b>
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>339.214.438,92</b>	<b>318.223.362,76</b>
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>92.323.612,21</b>	<b>50.501.495,63</b>
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>44.541.368,28</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.309.467.907,01</b>	<b>5.779.963.115,76</b>

## 12.5.2. DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	<b>35.142.943,63</b>	<b>18.246.566,50</b>
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>(16.445.192,33)</b>	<b>(68.690.715,84)</b>
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>18.697.751,30</b>	<b>(50.444.149,34)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(13.134.264,83)</b>	<b>(20.878.361,53)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(5.475.292,59)</b>	<b>3.036.040,38</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>88.193,88</b>	<b>(68.286.470,49)</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>88.193,88</b>	<b>(68.286.470,49)</b>
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

### 12.5.3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
<b>SALDO EM 01/01/2010</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>11.872.793,86</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>29.159.753,94</b>	<b>302.328.221,64</b>
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2010</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>12.386.320,64</b>	<b>11.570.455,95</b>	<b>44.541.368,28</b>	<b>318.223.362,76</b>
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
<b>SALDO EM 31/12/2011</b>	<b>223.180.498,85</b>	<b>25.373.084,13</b>	<b>443.496,71</b>	<b>728.138,20</b>	<b>13.961.869,27</b>	<b>51.817.023,90</b>	<b>23.710.327,86</b>	<b>339.214.438,92</b>

## 12.5.4. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
<b>1.RECEITAS</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>	<b>394.013.198,77</b>	<b>78,22</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
<b>2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>	<b>412.356.496,76</b>	<b>81,86</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>	<b>(18.343.297,99)</b>	<b>-3,64</b>
<b>4.RETENÇÕES</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>	<b>15.207.353,03</b>	<b>3,02</b>
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
<b>5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>	<b>(33.550.651,02)</b>	<b>-6,66</b>
<b>6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>	<b>537.301.132,03</b>	<b>106,66</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
<b>7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>
<b>8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>	<b>503.750.481,01</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - <b>Resultado Antes do IR e CSLL</b>	<b>35.142.943,63</b>	<b>5,65</b>	<b>18.246.566,50</b>	<b>3,62</b>
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - <b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>31.510.972,51</b>	<b>5,07</b>	<b>10.270.535,61</b>	<b>2,04</b>
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - <b>Lucros Retidos</b>	<b>22.451.567,91</b>	<b>3,61</b>	<b>7.317.756,62</b>	<b>1,45</b>

## 12.5.5. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

### Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

José Carlos de Andrade  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC DF 005969/0-5

## 12.5.6. NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

#### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

#### NOTA 1

#### CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

#### NOTA 2

#### ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

## FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

### NOTA 3

### ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

### NOTA 4

### RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**4.1 Equivalente de Caixa:** Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**4.2 Créditos a Receber:** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**4.3 Estoques Públicos:** A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

**4.3.1 Demais Estoques:** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.



**4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**4.5 Almojarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**4.6 Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**4.7 Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**4.8 Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

**4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**4.10 Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

#### **4.12 Reconhecimento da Receita:**

**4.12.1 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**4.13 Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**4.14 Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

## NOTA 5

### CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
ICMS a Compensar	241.699	285.410
IRRF a Compensar	36	33
Contribuições Outros Impostos	105	93
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>241.840</b>	<b>285.536</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

## NOTA 6

### LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

## NOTA 7

### RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

## NOTA 8

### DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

## NOTA 9

### CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### 9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>197.502</b>	<b>176.675</b>

Em R\$ mil

## 9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>364.922</b>	<b>347.784</b>

### NOTA 10

### DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

#### 10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
<b>Total – Circulante</b>	<b>292.646</b>	<b>119.415</b>

#### 10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>18.010</b>	<b>15.348</b>

### NOTA 11

### RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

**NOTA 12**

**BENS DE ESTOQUES**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
<b>Total</b>	<b>3.685.419</b>	<b>4.508.832</b>

Em R\$ mil

**12.1 – Equalização de Preços**

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

**NOTA 13**

**ENDIVIDAMENTO**

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

**NOTA 14**

**DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS**

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

**NOTA 15**

**CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES**

*Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

**Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

**Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

**Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
<b>Total</b>	<b>422.825</b>	<b>106.211</b>	<b>579.507</b>	<b>139.609</b>

### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

**Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

**Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

**Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
<b>Total</b>	<b>342.333</b>	<b>317523</b>	<b>351.646</b>	<b>369167</b>

### *Ativo Contingente – Provável*

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

**Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

**Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

**Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
<b>Total</b>	<b>422.826</b>	<b>311.635</b>	<b>579.870</b>	<b>793.009</b>

#### NOTA 16

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

#### NOTA 17

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**17.1 Capital Social:** O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**17.2 Provisão para CSLL e IRPJ:** As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

**17.3 Reserva Legal e Dividendos:** Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

**17.4 Resultado do Exercício:** O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

#### NOTA 18

#### DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em



pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

**NOTA 19**

**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS**

**19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

## 19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

### NOTA 20

### REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

### NOTA 21

### CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

#### 21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e,

consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
<b>Total de Repasses</b>	<b>3.218</b>	<b>3.579</b>

Em R\$ mil

## 21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

## 12.6. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA EMPRESA.

<b>COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011</b>				
<b>UJ COMO INVESTIDA</b>				
<b>Denominação completa:</b>				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
<b>Ações Ordinárias - 100 %</b>				
	<b>ACIONISTAS</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>
G o v e r n a m e n t a l	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
N ã o	<b>Free-Float</b>	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
G o v e r n a m e n t a l	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Ações Preferenciais - %</b>				
	<b>ACIONISTAS</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>
G o v e r n a m e n t a l	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-

m e n  N ã o  G o v e r n a m e n t a l				
	<b>Free-Float</b>	-	-	-
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro			
	-	-	-	
	<b>Total</b>	-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

## 12.7. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 12.7.1. IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO E DE RESPONSABILIDADE DA UJ

**Quadro LIV - Demonstrativo do Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ**

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício de 2011	Exercício de 2010	
<b>Amazonas</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	Imóveis destinados a venda: Humaitá, Careiro e Manicoré
Humaitá	1	1	
Careiro	1	1	
Manaus	1	1	
Manicoré	1	1	

Fonte: Sistemas de Informações Gerenciais de Imóveis

### 12.7.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

Relativamente aos imóveis destinados a venda, segue na sequência relatório detalhado sobre os mesmos:

#### **RELATÓRIO DETALHADO DA SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS PASSÍVEIS DE ALIENAÇÃO, JURISDICIONADOS À SUREG/AM**

##### **1. UNIDADE ARMAZENADORA DE MANICORÉ - UA/MANICORÉ**

1.1. Trata-se de imóvel de propriedade da CONAB, localizado na Rua Major Santana S/N – Bairro Mazarella em Manicoré/AM. É composto por um armazém metálico com área construída de 1.344,0m<sup>2</sup>, edificado em um terreno de 16.500m<sup>2</sup>, recebido em doação do Município.

1.2. O referido imóvel, foi cedido ao Município de Manicoré em 23/08/2008, conforme VOTO DIAFI nº 116/2008, tendo este último instrumento vencido em 23/04/2009, encontrando-se o imóvel ainda na posse daquela municipalidade.

1.3. O imóvel foi avaliado em 19/06/2008, por técnico da CONAB, o qual atribuiu ao imóvel naquela oportunidade, o valor de R\$ 209.208,57 (duzentos e nove mil, duzentos e oito reais e cinquenta e sete centavos).

1.4. Expirado o prazo de validade do referido laudo para efeito de alienação do imóvel, a Sureg/AM solicitou ao Responsável Técnico em Engenharia - RTE, nova avaliação, cujo laudo emitido em 28/08/2009, atribuiu ao imóvel um valor de R\$ 277.867,88 (duzentos e setenta e sete mil oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos).

1.5. Quando das negociações realizadas no primeiro semestre de 2009 com o município de Manicoré foi levado em conta o valor obtido na 1ª avaliação do imóvel, pois na época a segunda avaliação ainda não havia sido realizada.

1.6. Em 03/09/2009, o Prefeito Municipal de Manicoré/AM, foi notificado por meio do Ofício CONAB SUREG/AM Nº 670, de 03/09/2009, sobre a denúncia de invasão do imóvel em questão, solicitando providências para desocupação do mesmo.

1.7. O Município, diante da situação que se encontrava o imóvel, continuou buscando concluir as tratativas de compra direta do mesmo junto à CONAB.

1.8. Nesse sentido, considerando inclusive a invasão ocorrida no referido imóvel, fator de desvalorização, foi solicitado novo laudo de avaliação ao RTE. O novo laudo foi emitido em 19/02/2010, levando em consideração o estágio do imóvel naquele momento, sendo atribuído o valor de R\$ 210.697,10 (duzentos e dez mil, seiscentos e noventa e sete reais e dez centavos).

1.9. Juntamente com o laudo de avaliação, o RTE apresenta manifestação técnica, onde são expostas as razões pelas quais foi realizada nova avaliação do imóvel, com valores abaixo da última avaliação.

1.10. O Despacho/PRESI/CEL, da Comissão Especial de Licitação, manifesta-se favorável à aprovação do laudo de Avaliação, pelas razões que especifica.

1.11. A GEPAS emitiu Despacho nº 065, de 01/06/2010, encaminhando a matéria à DIRAD com indicação de que seja submetida ao crivo do colegiado.

1.12. No entanto, em 30/11/2010, a Diretoria Administrativa, retornou o Processo, a Sureg/AM para manifestação da área jurídica.

1.13. O Procurador Regional, por meio do parecer PRORE/SUREG/AM nº RE 07/2011, informou não haver óbice legal que impeça a conclusão do processo de venda.

1.14. No dia 01/07/2011, a prefeitura de Manicoré, reitera a proposta de compra do imóvel. Em 04/08/2011 o Processo foi enviado à SUREG/PB, para avaliação do RTE. O RTE, por meio de Despacho, considerando outros trabalhos demandantes da SUREG/PB, sugere que seja solicitada proposta da Caixa Econômica Federal - CEF ou de outro órgão oficial, para elaboração do laudo de avaliação.

1.15. Foi autuado Processo Administrativo nº 21218.000446/2011, específico para avaliação do imóvel. No dia 11/11/2011, foi efetuada consulta de preços junto a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias – IBAPE, cujo resultado apontou como menor preço, o da Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais), sendo o Processo remetido à SUPAD/GEPAS, para análise, em 17/01/2012.

1.16. Ressalte-se que para a regularização do imóvel, a Sureg/AM solicitou à DIRAB/SUARM por meio das CI's SUREG/AM nºs 329, de 17/08/2010, FAX nº 544, de 04/11/2010, FAX nº 002, de 03/01/2011 e CI. SUREG/AM nº 330, de 19/09/2011 e à PRESI/GABIN, o deslocamento do Engº Civil (RTE) para elaboração do Laudo de Avaliação.

1.17. No Dia 10/02/2012, a SUPAD por meio do FAX nº 67/2012, informa denúncia de invasão do terreno e questiona a veracidade da informação. A Sureg/AM de imediato entrou em contato com os representantes da Prefeitura de Manicoré para confirmação do fato. Em resposta a Prefeitura por meio do Ofício nº 005/2012, de 10/02/2012, comunica que o prédio continua sob a responsabilidade do município e que o mesmo está cedido a Cooperativa Verde de Manicoré – COVEMA.

1.18. Por meio da CI. SUPAD nº 079, de 28/02/2012, a Sureg/AM foi demandada a proceder avaliação circunstanciada sobre a situação do imóvel, opinando quanto a destinação sugerida pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 231/2007.

1.19. Considerando que no último inventário patrimonial o representante da Prefeitura Municipal de Manicoré/AM, por meio do Ofício nº 135/2011 – GPMM de 29/11/2011, entregue à Comissão Inventariante, ratificou o interesse na aquisição do imóvel, a Sureg/AM manifestou-se pela continuidade dos procedimentos relativos à venda do imóvel à Órgão da Administração Pública.

## **2. UNIDADE ARMAZENADORA HUMAITÁ - UA/HUMAITÁ**

2.1. Trata-se de imóvel de propriedade da CONAB, localizado na Br. 319, Km 8, Município de

Humaitá/AM. É composto por um armazém metálico com capacidade de armazenagem de 3000t e demais benfeitorias edificadas em terreno de 64.000.00m<sup>2</sup>, recebido em doação do Município.

2.2. O imóvel, esteve cedido ao município até 2001. Encerrado o contrato, o município não fez a devolução conforme previa o instrumento contratual, repassando-o a terceiros e, conseqüentemente, levando a CONAB a requerer judicialmente a reintegração do imóvel, que ocorreu em janeiro 2007.

2.3. A Prefeitura de Humaitá manifestou intenção em adquirir o imóvel, exigindo celeridade nas providências necessárias à concretização da transação.

2.4. O RTE realizou avaliação do imóvel emitindo laudo datado de 26/04/2007, atribuindo ao imóvel o valor de R\$ 405.920,14 (quatrocentos e cinco mil, novecentos e vinte reais e quatorze centavos), o qual foi aprovado nos termos do Voto DIAFI nº 025/2007, para venda direta ao município.

2.5. Apesar de várias propostas de venda direta, a Prefeitura de Humaitá não mais se pronunciou sobre o assunto.

2.6. Considerando os onerosos serviços de vigilância, a Sureg/AM sugeriu providências necessárias à alienação pública do imóvel, ou outra destinação ao mesmo.

2.7. Atualmente o imóvel encontra-se desocupado, desonerado de gravames e destinado à venda pelo Conselho de Administração da Companhia.

2.8. Foi levado à licitação pública por duas oportunidades, porém os dois certames foram desertos por falta de interessados.

2.9. Foi aprovada pela Diretoria Colegiada a proposta de divisão do terreno daquele imóvel, o processo retornou à SUREG/AM, solicitando informações sobre valores decorrentes da divisão do terreno, bem como se a decisão de se efetuar o desmembramento contribuiria para alienação do bem.

2.10. Considerando novas diretrizes quanto a regularização jurídica e melhor destinação do acervo mobiliário da Companhia, e solicitação formulada por telefone por representante da Prefeitura a SUREG/AM por meio do Ofício nº 684, de 15/09/2009, informou ao Prefeito de Humaitá as condições para a venda do imóvel.

2.11. Em resposta a Prefeitura simplesmente solicita por meio do ofício nº 145, de 11/05/2010, a formalização de novo contrato de cessão pelo período de 10 anos. O Processo Administrativo nº 21218.000280/2007, foi enviado à SUPAD/GEPAS, em 20/05/2010, para manifestação, retornando a Sureg/AM em 05/07/2010, para complementação de instrução de processo.

2.12. Nesse interin, por intermédio do Ofício nº 174-S.4, de 22/12/2010, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro, sediado em rio Branco, solicitou à CONAB/SUREG/AM a cessão temporária do referido imóvel, para armazenamento de insumos de



construção (argila), sendo autuado o Processo Administrativo nº 21218.000014/2011 e enviado a SUPAD/GEPAS em 16/02/2011 para providências cabíveis junto a Diretoria Colegiada.

2.13. Em 28/03/2012, o processo mencionado retorna à Sureg/AM para manifestação, considerando o tempo decorrido.

2.14. Para a regularização do imóvel, a Sureg/AM solicitou à DIRAB/SUARM por meio das CI's SUREG/AM nºs 329, de 17/08/2010, FAX nº 544, de 04/11/2010, FAX nº 002, de 03/01/2011 e CI. SUREG/AM nº 330, de 19/09/2011 e à PRESI/GABIN, o deslocamento do Engº Civil (RTE) para elaboração do Laudo de Avaliação.

2.15. Diante da dificuldade de deslocamento do RTE, foi autuado Processo Administrativo nº 21218.000447/2011, específico para avaliação do imóvel. No dia 11/11/2011, foi efetuado consulta de preços junto a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias – IBAPE, cujo resultado apontou como menor preço, o do IBAPE no valor de R\$ 12.050,00 (doze mil reais), sendo o Processo remetido à SUPAD/GEPAS, para análise em 17/01/2012.

2.16. No dia 07/02/2012, o processo retornou à Sureg/AM, tendo em vista o Voto DIAFI nº 24/2008, que dispõe na alínea “f”, que o laudo de avaliação deverá ter o prazo de validade de um ano e será elaborado pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou por Engenheiro do quadro de pessoal da CONAB, conforme orientação expressa no Acórdão TCU 456/2005.

2.17. Considerando a necessidade de atualizar o laudo de avaliação, entrou-se em contato novamente por telefone com o RTE, sobre a viabilidade de seu deslocamento para execução desse serviço, formalizando-se a consulta por meio do Fax nº 069, de 10/02/2012. Recentemente em avento Institucional o Prefeito de Humaitá, manifestou informalmente ao Superintendente Regional o interesse na aquisição do imóvel.

2.18. Por meio da CI. SUPAD nº 079, de 28/02/2012, a Sureg/AM foi demandada a proceder avaliação circunstanciada sobre a situação do imóvel.

2.19. Considerando o interesse da Prefeitura em adquirir o imóvel, conforme relatado no item 2.17, a Sureg/AM manifestou-se pela venda do mesmo à Órgão da Administração Pública.

### **3. UNIDADE ARMAZENADORA CAREIRO – UA/CAREIRO**

3.1. Trata-se de imóvel de propriedade da CONAB, localizado na Rodovia Br. 319, KM 100 – Bairro Castanho Mirim - Careiro/AM. É composto por um armazém convencional em estrutura metálica com capacidade para 3.000ton, edificado em um terreno de 80.000m<sup>2</sup>, recebido em doação do Município.

3.2. O primeiro contrato de cessão do imóvel foi formalizado em janeiro de 1990, e o último, foi formalizado em 01/11/2007 pelo prazo de 2 anos, tendo o instrumento vencido em 30/10/2009, encontrando-se o imóvel ainda na posse daquela Prefeitura.

3.3. O imóvel foi avaliado em 14/09/2004, pelo RTE, que atribui ao imóvel o valor de R\$ 115.734,00 (cento e quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais), valor este devidamente

aprovado pelo Voto DIAFI nº 041/2004.

3.4. Considerando o interesse da Prefeitura de Careiro na aquisição do imóvel, a Sureg/AM informou por meio do Ofício nº 206, de 28/12/2004, o valor, bem como, as condições para o pagamento.

3.5. Em 21/02/2005, a Prefeitura de Careiro, confirmou o interesse na aquisição do imóvel, no entanto, solicitou a reversão do terreno (R\$ 28.000,00), em relação ao valor das benfeitorias (R\$ 87.734,00), solicitação esta submetida à SUPAD em 23/02/2005.

3.6. Após manifestação da PROGE, por meio do Voto DIAFI nº 17/2005, foi encaminhado ao CONAD a proposta de doação de terreno ao Município de Careiro com a consequente alienação das benfeitorias. O Conselho de Administração CONAD, por meio de certidão de 13/05/2005, autorizou a doação do terreno ao município, com a alienação direta das benfeitorias no valor de R\$ 87.734,00.

3.8. A Sureg/AM expediu Ofício nº 118, de 07/06/2005 à Prefeitura de Careiro, comunicando a autorização da alienação bem como a doação do terreno, informando o valor venal e as formas para pagamento.

3.9. Nesse ínterim, reiteramos por diversas vezes manifestação daquela municipalidade e somente em 25/08/2005 a Prefeitura de Careiro por meio do Ofício nº 60, de 25/08/2005, informa que está interessada na aquisição do prédio e que efetuará o pagamento em 30/09/2005.

3.10. Em 31/10/2005, a Prefeitura informa pelo Ofício nº 204 SEAPLAN, que não realizou o depósito correspondente ao sinal de 10% do valor do imóvel, devido ao pagamento do 13º salário dos servidores e que programou o pagamento para 10/01/2006.

3.11. A validade do laudo de avaliação expirou em 14/09/2005, razão pela qual a SUREG/AM submeteu à DIAFI pedido de aprovação de revalidação do laudo, nos termos do subitem 01.3.1, subtítulo IV, capítulo II, da NOC 60.208.

3.12. Seguindo orientações da SUPAD, a Sureg/AM por várias vezes formalizou documentos tentando obter manifestação da Prefeitura para ratificar a proposta apresentada. Somente em 18/07/2006 por meio do Ofício GP/MC/Nº 066/66, a Prefeitura confirma o interesse na aquisição e que havia agendado o pagamento do sinal para a primeira quinzena do mês de agosto de 2006.

3.13. Face a confirmação da Prefeitura em adquirir o imóvel, considerando o vencimento do laudo de avaliação em 14/09/2005, a Sureg/AM solicitou à DIAFI estudar a possibilidade de revalidação do laudo ou contratação da CEF para realizar nova avaliação, com o custo de R\$ 7.750,00.

3.14. Em 03/08/2006, aquela Diretoria entendeu ser dispensável a realização de nova avaliação pelo fato da venda do imóvel ter sido aprovada em 13/05/2005 (Voto DIAFI nº 17/2005) e que nova avaliação iria onerar desnecessariamente a Companhia e retardar o processo.

3.15. As tratativas de venda foram retomadas e mais uma vez a Prefeitura de Careiro não honrou o

compromisso de aquisição do imóvel.

3.16.A Prefeitura solicitou por meio do ofício GP/PMC nº 086, de 18/09/2006, a formalização de novo contrato de cessão de uso. Solicitação acatada pelo Voto DIAFI nº 38/2006. Sendo a minuta do instrumento de cessão encaminhada a COJUR para chancela. No entanto, a COJUR/GEMAD em 03/11/2006, requereu a observância dos seguintes aspectos: (1) valor da avaliação divergente da avaliação existente no laudo. (2) nova avaliação, posto que o laudo já estava vencido.

3.17. Em 26/04/2007, foi elaborado novo laudo de avaliação por técnico da CONAB, o qual atribuiu ao imóvel naquela oportunidade, o valor de R\$ 219.279,55 (duzentos e dezenove mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), para as edificações e equipamentos e R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), para o terreno.

3.18. No entanto, o VOTO DIAFI nº 028/2007, aprovou o preço mínimo para venda do imóvel R\$ 211.279,55 (duzentos e onze mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

3.19. Após atendimento das recomendações da COJUR, foi formalizado em 01/11/2007, novo instrumento de cessão de uso pelo prazo de 2 anos, tendo o instrumento vencido em 30/10/2009, conforme informado no item 2.

3.20. Em 15/07/2009, o novo Prefeito de Careiro/AM, por meio do Ofício GP/nº 066/2009, manifestou interesse na aquisição do imóvel. Retomando as negociações para venda, a Sureg/AM expediu Ofício nº 560, de 21/07/2009, informando valor e condições de pagamento. Mais uma vez, a Prefeitura não concretizou a efetivação da compra.

3.21. Em 23/11/2010, por meio do Ofício SEMPRODES, o Secretário de Produção da Prefeitura de Careiro, solicitou cópia da planta baixa ou documentos que demonstram a demarcação da área da CONAB, para adoção de providências fins evitar invasão da área. No mesmo dia, houve o atendimento do pleito pela Sureg/AM, mediante Ofício nº 817, de 23/11/2010.

3.22. Por meio do ofício GP/PMC nº 024/2011, de 06/04/2011, a Prefeitura de careiro, solicita a doação do imóvel.

3.23. Em resposta a Sureg/AM informou por intermédio do Ofício CONAB SUREG/AM Nº 431, de 10/06/2011 a impossibilidade de doação e solicitou a confirmação da intenção de compra ou intenção da renovação da cessão de uso do imóvel.

3.24. Em 07/07/2011, a Prefeitura expressa a intenção de compra do imóvel e considerando o tempo decorrido, solicita nova avaliação e que o valor das parcelas possam estar dentro do orçamento daquele Município.

3.25. Ressalte-se que para a regularização do imóvel, a SUREG/AM solicitou à DIRAB/SUARM por meio das CI's SUREG/AM nºs 329, de 17/08/2010, FAX nº 544, de 04/11/2010, FAX nº 002, de 03/01/2011 e CI. SUREG/AM nº 330, de 19/09/2011 e à PRESI/GABIN, o deslocamento do Engº Civil (RTE) para elaboração do Laudo de Avaliação.

3.26. Diante da dificuldade de deslocamento do RTE, foi autuado o Processo Administrativo nº 21218.000447/2011, específico para avaliação do imóvel. No dia 11/11/2011, foi efetuado consulta de preços junto a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias – IBAPE, cujo resultado apontou como menor preço, o do IBAPE no valor de R\$ 10.500,00 (dez mi e quinhentos reais), sendo o Processo remetido à SUPAD/GEPAS, para análise em 17/01/2012.

3.27. No dia 07/02/2012, o processo retornou à Sureg/AM, tendo em vista o Voto DIAFI nº 24/2008, que dispõe na alínea “f”, que os laudos de avaliação deverá ter o prazo de validade de um ano e será elaborado pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou por Engenheiro do quadro de pessoal da CONAB, conforme orientação expressa no Acórdão TCU 456/2005.

3.28. Considerando a necessidade de atualizar o laudo de avaliação, entrou-se em contato novamente por telefone com o RTE, sobre a viabilidade de sua vinda para execução desse serviço, formalizando a consulta por meio do Fax nº 069, de 10/02/2012.

3.29. No Dia 10/02/2012, a SUPAD por meio do FAX nº 67/2012, informa denúncia de invasão do terreno e questiona a veracidade da informação. A Sureg/AM de imediato entrou em contato com os representantes da Prefeitura de Careiro para confirmação do fato. Em resposta a Prefeitura, por meio de e-mail, de 10/02/2012, informa que não procede tal informação de invasão, uma vez que o imóvel está sob comodato junto a Prefeitura de Careiro.

3.30. Por meio da CI. SUPAD nº 079, de 28/02/2012, a Sureg/AM foi demandada a proceder avaliação circunstanciada sobre a situação do imóvel.

3.31. Considerando a manifestação de interesse da prefeitura Municipal de Careiro/AM de adquirir o imóvel, conforme relatado no item 3.24, a Sureg/AM manifestou-se pela continuidade dos procedimentos relativos à venda do mesmo à Órgão da Administração Pública.

#### **4. CONCLUSÃO**

4.1. Conforme relatado no final de cada item anterior, a Sureg/AM considera que a destinação dos imóveis UA/MANICORÉ, UA/HUMAITÁ e UA/CAREIRO, deve ser a venda direta aos Órgãos da Administração Pública que já manifestaram interesse em adquiri-los.

4.3. Contudo, para a continuidade dos procedimentos, faz-se necessário o Laudo de Avaliação do imóvel, requisito fundamental à formalização da alienação dos imóveis, inclusive cessão de uso.

4.3. Desse modo, diante das dificuldades de obtenção do Laudo de Avaliação por Engenheiro Civil do quadro da Companhia, e considerando a notícia publicada no periódico de circulação interna “Notícia do Dia”, de 22/03/2012, de que **A Conab** vai assinar um termo de cooperação técnica com a Caixa Econômica Federal, a fim de regularizar a situação de imóveis antigos de sua propriedade e sem utilização prática, situados em alguns estados, a Sureg/AM sugeriu que os imóveis passíveis de alienação, sob sua responsabilidade, fizessem parte do referido termo.

## 12.8. PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE.

### MOORE STEPHENS

#### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da  
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7  


## MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis**

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, conseqüentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

### **Opinião**

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU**

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

8





### 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

#### 13.1. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO

Quadro LV – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão				X	



<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Considerações gerais:</b> Resultado de consenso apurado em reunião com os gestores da Sureg-AM.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 13.2. PROVIDÊNCIA ADOTADAS PARA ATENDIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

### 13.2.1 – TCU

Não ocorreu no período

### 13.2.2 – CGU.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE
UJ responsável: 135045 – CONAB SEDE SUREG AMAZONAS
Relatório de Auditoria nº: 201109404
<p><b>1.a. Nº da CONSTATAÇÃO: (042)</b></p> <p><b>1.b. Nº da RECOMENDAÇÃO: 1</b> Que seja desenvolvido um esforço em acordo com o órgão central para criação dos indicadores.</p> <p><b>1.1 Providências a serem Implementadas</b></p> <p><b>1.1.a. Prazo de Atendimento: 02/01/2012</b> Emitir correspondência à Superintendência de Orçamento e Avaliação – SUPOR/Matriz, solicitando o apoio na busca do atendimento da recomendação do Controle interno.</p> <p><b>1.1.b. Situação: <u>Atendido</u> em: 02/ 01 /2012</b></p> <p><b>1.1.c. Manifestação do Gestor em: 06/01/2012</b> Considerando que a criação de indicadores não depende da gestão da regional, visto não dispor na sua estrutura de Unidade Orgânica com competência para esse fim, foi enviada a Comunicação Interna SUREG/AM nº 002, de 02/01/2012, à SUPOR, cópia anexa, solicitando apoio na busca do atendimento da recomendação.</p> <p><b>1.1.d. Posicionamento da SFG/CGU em: 26/01/2012 (Nota Técnica nº 173/2012)</b> <b>“Análise do Controle Interno:</b> Embora tenha sido enviada a Comunicação Interna – CI a SUPOR, não foi criado qualquer indicador.</p> <p><b>Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração por recusa não aceita</b></p> <p><b>Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”</b></p>
<p><b>2.a. Nº da CONSTATAÇÃO: (014)</b></p> <p><b>2.b. Nº da RECOMENDAÇÃO: 1</b> Sejam feitos estudos para atuar sobre o ambiente de controle, a avaliação de risco, o</p>

monitoramento e o acompanhamento de programas/ações da entidade com a finalidade de aprimorar os controles internos.

## **2.1 Providências a serem Implementadas**

### **2.1.a. Prazo de Atendimento: 02/01/2012**

Emitir correspondência à Superintendência de Orçamento e Avaliação– SUPOR/Matriz, solicitando o apoio na busca do atendimento da recomendação do Controle interno.

### **2.1.b. Situação: Atendido em: 02/01/2012**

### **2.1.c. Manifestação do Gestor: em: 02 /01/2012**

O atendimento dessa recomendação, depende do envolvimento de várias áreas da Companhia. A Superintendência Regional não dispõe de Unidade Orgânica, com competência para atuação sobre o ambiente de controle, a avaliação de risco, o monitoramento e o acompanhamento de programas/ações. Assim, para o atendimento da recomendação exarada, foi enviada Comunicação Interna SUREG/AM nº 003, de 02/01/2012, à SUPOR, cópia anexa, solicitando interagir com as áreas competentes na Matriz, visando o atendimento da recomendação.

### **2.1.d. Posicionamento da SFG/CGU em: 26/01/2012 (Nota Técnica nº 173/2012)**

#### **“Análise do Controle Interno:**

Embora tenha sido enviada a Comunicação Interna a Superintendência de Orçamento e Avaliação – SUPOR, não foi apresentado qualquer estudo com a finalidade de aprimoramento do controle interno.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração por recusa não aceita**

**Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”**

## **3.a. Nº da CONSTATAÇÃO: (050)**

## **3.b. Nº da RECOMENDAÇÃO: 1**

Registrar e atualizar os dados dos contratos no SIASG.

## **3.1 Providências a serem Implementadas<sup>1</sup>**

### **3.1.a. Prazo de Atendimento: 05/01/2012**

Para esta recomendação emitir correspondência à Superintendência de Administração – SUPAD/Matriz, solicitando apoio no atendimento dessa recomendação.

### **3.1.b. Situação: Atendido em: 05/ 01 /2012**

### **3.1.c. Manifestação do Gestor: em: 06/01/2012**

Considerando dificuldades encontradas para inclusão dos dados dos contratos no SIASG na forma recomendada pela CGU, assim como, de localizar profissionais ou entidades aptas a ministrar treinamento aos colaboradores envolvidos nessa tarefa, foi emitida a



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Comunicação interna SUREG/AM nº 009, de 05/01/2012, à Superintendência de Administração – SUPAD – Matriz, solicitando apoio no atendimento dessas recomendações.

**3.d. Posicionamento da SFG/CGU: Nota Técnica nº 173/2012 em: 26/01/2012**

**“Análise do Controle Interno:**

Conforme manifestação da unidade e a comunicação Interna SUREG/AM nº 009, de 05/01/2012, os dados não foram atualizados.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”**

**3.c. Nº da RECOMENDAÇÃO: 2**

Capacitar os empregados responsáveis pela operacionalização no sistema SIASG.

**3.1 Providências a serem Implementadas<sup>1</sup>**

**3.1.a. Prazo de Atendimento: 05 /01/2012**

Para esta recomendação emitir correspondência à Superintendência de Administração – SUPAD/Matriz, solicitando apoio no atendimento dessa recomendação.

**3.1.b. Situação: Atendido em: 05/ 01 /2012**

**3.1.c. Manifestação do Gestor: em: 06/01/2012**

Considerando dificuldades encontradas para inclusão dos dados dos contratos no SIASG na forma recomendada pela CGU, assim como, de localizar profissionais ou entidades aptas a ministrar treinamento aos colaboradores envolvidos nessa tarefa, foi emitida a Comunicação Interna SUREG/AM nº 009, de 05/01/2012, à Superintendência de Administração – SUPAD/Matriz, solicitando apoio no atendimento dessas recomendações.

**3.1.d. Posicionamento da SFG/CGU: Nota Técnica nº 173/2012 em: 26/01/2012**

**“Análise do Controle Interno:**

Embora tenha sido solicitada a capacitação, esta ainda não foi realizada.

**Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação**

**Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”**

### 13.3 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

#### Quadro LVI - Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
3/2011 - (AVG) - SUREG AM
Constatação
975 - Em 31.12.2010 as rubricas apresentavam os saldos contábeis de R\$12.930,55, R\$21.919,16 referentes a Faturas/Duplicatas a Receber Prestação de Serv., no curto e longo prazos registrados na UG 135045 – Conab Sede Sureg Amazonas e R\$2.474.754,17 de Mercadorias de Terceiros em Depósito registrados na UG 135246 - UA/Manaus, compreendendo estoques próprios e de terceiros. Após análise, constatou-se impropriedade nos saldos relacionados na tabela 1 a seguir. Consoante demonstrado na tabela, informamos: a) as faturas do item 1 apresentam pendência desde maio/2009, sendo efetuado pagamento de parte do débito, e o restante é acumulado para o mês seguinte; b) as faturas do item 2, estão pendentes de longa data, cujo responsável em seu último pronunciamento, não reconhece o débito junto à Companhia. Este possui 22,5 m <sup>3</sup> de madeira de lei (mogno) depositada na UA/Manaus, o processo foi encaminhado ao Prore/AM, para análise do posicionamento do IBAMA, e orientação dos procedimentos a serem adotados .
Recomendação
975.1 - Recomendamos à SUREG/AM, envidar esforços junto ao IDAM, em que pese possuir mercadoria em estoque, para que os débitos pendentes sejam atualizados.
Tratamento das Recomendações
de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item. de antonio.batista em 19/08/2011 como Pendente As pendências foram regularizadas por meios das NL's nºs 32/145/146/147/248 RA's 2011RA29/423/424/425/706, respectivamente. de joao.filho em 26/08/2011 como Solucionado Item solucionado.
Recomendação:
975.2 - Recomendamos à Sureg/Gefad/AM manter o acompanhamento do assunto, visando dar ao débito do IBAMA, a destinação consoante o parecer e orientações do Prore/AM.
Tratamento das Recomendações:
de em 13/06/2011 como Pendente Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item. de antonio.batista em 19/09/2011 como Pendente Em pesquisa realizada, nesta data, junto a área de protocolo da Matriz, fomos informados que o processo encontra-se com carga na SUPAB, remetido pela PROGE em 03/03/2011. de antonio.batista em 19/09/2011 como Pendente Em função do acerto de contas entre Conab X Ibama ter restado frustrado, o processo nº 00007.000040/1995-53, foi remetido à PRESI, a fim de que a controvérsia seja dirimida pela

Advocacia Geral da União, nos termos da Informação PRORE/SUREG - AM nº 01/2011, que ora anexamos.

de joao.filho em 03/10/2011 como Pendente

Por não ser de fácil solução a pendência do Ibama, vamos aguardar o parecer da Advocacia Geral da União sobre o débito.

#### Constatação

976 - Em 31.12.2010 o saldo da rubrica era de R\$237.722,98, registrado na UG 135045 – Conab Sede Sureg Amazonas. Os saldos que apresentam impropriedades, constam no quadro 1 a seguir. Os saldos já foram registrados em relatórios de auditorias anteriores, porém continuam pendentes. a) o valor do item 1 refere-se a diferença do décimo terceiro salário pago a maior em 2005 e não quitado em 2006 pelo empregado matrícula n.º 102570, conforme relatório fornecido pela Sureh/Gefop e CI/Sucon n.º 005/2007. O empregado entrou em licença sem vencimento e o débito só poderá ser ajustado quando do seu retorno às atividades normais na Conab. Nesse sentido foi encaminhado pela Sureg/AM à Sureh o Fax n.º 272 de 22/12/2010, para fins de comprovação do registro. b) o valor do item 2 refere-se ao registro contábil do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho do ex-empregado matrícula n.º 105838 (falecido), que apresentou saldo negativo devido aos adiantamentos requeridos. Nesse sentido, foi aberto o Processo n.º 21218.000339/2007-18 para a regularização da pendência, referente ao saldo negativo da rescisão contratual. Consta no processo o parecer da Prore/AM n.º RE 12/2008 sobre o assunto. De acordo com o último parecer do Prore/AM, opinou-se pela baixa do débito utilizando-se como parâmetro a norma do SAS, sendo que para tanto, faz-se necessário o Presidente da Conab autorizar a não propositura de Ação em razão de valor até o limite de R\$10.000,00, consoante Art. 1-B da Lei n.º 11.941/2009.

#### Recomendação

976.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Seade/AM acompanhar o assunto, visando o ressarcimento do débito de R\$1.899,24 ou a respectiva baixa, de acordo com a análise e manifestação da Sureh.

#### Tratamento das Recomendações

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 21/09/2011 como Pendente

Em função do responsável pelo débito ter pedido cessação do contrato de trabalho, o valor foi descontado no termo de rescisão do contrato de trabalho e a baixa contábil foi efetuada por meio da Nota de Lançamento nº 2011NL000903, da UG 135045, Gestão 22211.

de joao.filho em 03/10/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg/AM, o item foi solucionado.

#### Recomendação:

976.2 - Quanto ao débito de R\$1.303,77, recomendamos à Sureg/Gefad/Seade/AM acompanhar o assunto, e informar a Audin sobre a decisão da Presi.

#### Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 17/08/2011 como Pendente  
Diante da decisão de não propositura da Ação Judicial proferida pelo Presidente da CONAB, consubstanciado no Parecer Jurídico PRORE/AM N° RM 046/2010, ratificado pela Nota Técnica PROGE/SUMAJ MD N° 306/2010, o débito em questão foi baixado em 02/05/2011, por meio da 2011NL000376.

de osvaldo.pateiro em 18/08/2011 como Solucionado  
Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/AM, consideramos o item solucionado.

**Recomendação:**

976.3 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Seade/AM transferir os saldos para o Ativo Realizável a Longo Prazo, caso a solução das pendências não sejam de imediato.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente  
Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 21/09/2011 como Pendente  
Os saldos informados no relatório já foram baixados, nos termos das respostas constantes nos itens 976.1 e 976.2, conforme notas de lançamentos n°s 2011NL000903 e 2011NL000376, da UG 135045, Gestão 22211.

de joao.filho em 04/10/2011 como Solucionado  
Os itens já foram solucionados.

**Constatação:**

977 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$127,69, registrado na UG 135045 – Conab Sede Sureg Amazonas. Após análise dos controles, constatou-se que o débito é oriundo de operação realizada em UG já extinta, e está pendente de longa data (1997). Constatou-se a inexistência de conciliação contábil e conformidade.

**Recomendação:**

977.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Secof/AM analisar a procedência do saldo pendente, e devido o tempo decorrido e ser de pequena monta, após a análise, propor a baixa contábil do valor, se for o caso.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente  
Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 10/02/2012 como Pendente  
Para solução dessa pendência foram emitidas às CI's GEFAD n°s. 348/2011, 467/2011 e 011/2012 (anexas). Em resposta o SECOF emitiu a CI SECOF n° 06/2012 (também anexa).

de antonio.batista em 10/02/2012 como Pendente  
Diante da resposta do SECOF foi autuado o Processo Administrativo n° 21218.000030/2012, que culminou com propositura, por parte da GEFAD, de baixa contábil do valor pendente, a qual foi formalmente autorizada pelo Sr. Superintendente, e devidamente executada pelo SECOF, conforme Despachos anexados à presente resposta.

de osvaldo.pateiro em 16/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/AM, consideramos o item solucionado.

**Constatação:**

978 - Em 31.12.2010 as rubricas apresentavam os saldos de R\$84.503,16 e R\$320,00, registrados na UG 135045 – Conab Sede Sureg Amazonas. Após análise do controle contábil e do extracontábil, referente aos Adiantamentos de Férias, constatou-se divergência no respectivo saldo, conforme tabela 2 a seguir. No saldo estão incluídos débitos de R\$667,92 e R\$1.517,93, referentes a dois empregados de matrículas 107484 e 044901, cujas devoluções de férias não estão ocorrendo por se encontrarem licenciados pelo INSS. O saldo de R\$320,00 refere-se a adiantamento do 13º Salário ao empregado matrícula 044901, cujo desconto foi efetuado a menor.

**Recomendação:**

978.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Secof/AM compatibilizar a divergência encontrada, e acompanhar a situação dos empregados licenciados pelo INSS, para viabilizar as devoluções do Adiantamento das Férias e da diferença do 13º Salário descontado a menor, quando do retorno.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 10/02/2012 como Pendente

No que se refere-se ao acompanhamento da situação dos empregados licenciados pelo INSS, informamos que o valor mencionado no relatório de auditoria, referente ao empregado de matrícula nº 107484, foi deduzido na rescisão de contrato de trabalho, em função do seu falecimento em 06/10/2011 e baixado contabilmente por meio da Nota de Lançamento nº 2011NL001112. Os valores referentes ao empregado de matrícula nº 044901 continua pendente, em função do mesmo ainda não ter retornado ao trabalho. Tão logo ocorra o retorno, adotaremos as providências necessárias ao desconto. O Secof e Seade estão acompanhando essa questão.

de antonio.batista em 10/02/2012 como Pendente

Relativamente à compatibilização da divergência encontrada entre os saldos contábil e extracontábil, informamos que o Setor Contábil e Financeiro - Secof compatibiliza os saldos da conta adiantamento de férias com o RELATÓRIO DE SALDO DE FÉRIAS elaborado pela GEFOP e encaminhado às Regionais, mensalmente, pela SUCON, por meio de Comunicação Interna. O saldo contábil de R\$ 84.503,16 está compatível com o saldo do mencionado relatório que é de R\$ 84.502,24. A diferença refere-se a arredondamentos diversos, que são regularizados quando do desconto da última parcela. Anexamos à presente resposta as CI's SECOF nº 047/2011 e 08/2012.

**Constatação:**

979 - Em 31.12.2010 a conta apresentava os saldos de R\$6.992.312,65, R\$941.847,40 e R\$1.229.012,90 registrados nas UG(s) 135247 – Unidade Estoque Estratégico/AM, 135435 – MO/ Amazonas e 135553 – Unidade Conab PAA Amazonas, respectivamente. Distribuídos em 118 contas correntes de agricultores e/ou Cooperativas/Associações de produtores rurais. Com relação aos relatórios de controles ou de acompanhamento extracontábil dos Adiantamentos a Fornecedores – CPR(s) Alimentos, Doação Simultânea e Formação de Estoque, constatamos que apenas as CPR(s) Alimentos estão sendo acompanhadas extracontábilmente (via planilha). As demais, não possuem relatório de acompanhamento extracontábil produzido pela Área



Operacional. Demonstramos no quadro 2, a seguir, uma amostra de saldos que estão sem movimentação de longa data.

**Recomendação:**

979.1 - Recomendamos à Sureg-AM orientar a Área Operacional para elaborar um acompanhamento extracontábil das CPR(s) Doação Simultânea, visando o aprimoramento dos Controles Internos Administrativos.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 21/09/2011 como Pendente

Relativamente ao acompanhamento extracontábil das CPR's Doação Simultânea, desde Janeiro de 2011 esta Regional vem procedendo conforme CI anexo.

de joao.filho em 04/10/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg/Gefad/AM, os saldos sendo compatibilizados por meio do documento demonstrado na CI anexa.

**Recomendação:**

979.2 - Recomendamos à Sureg-AM adotar medidas eficazes para que os saldos que estão sem movimentação de longa data, referentes às entregas dos produtos, retornem aos cofres da Companhia.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 21/09/2011 como Pendente

Com a implantação da sistemática de acompanhamento dos saldos extracontábil, compatibilizando-os com os saldos contábeis, a maiorias das CPR'S com saldos antigos informadas no relatório de auditoria foram concluídas, conforme demonstrativo constante na CI SECOF nº 38, de 20/09/2011, anexa. Os saldos que permaneceram pendentes foram informados à GEOSE por meio da CI GEFAD nº 349, de 20/09/2011, anexa.

de joao.filho em 11/10/2011 como Solucionado

Consoante resposta da Sureg e as providências que estão sendo adotadas no acompanhamento e compatibilização dos saldos contábeis com os extracontábeis das CPR(s), vamos considerar o item solucionado.

**Constatação:**

980 - Na análise do saldo da conta contábil e seus reflexos encontram-se as seguintes disfunções: Constatou-se a divergência, a maior de R\$79.599,58, no saldo contabilizado na Conta 1.2.1.2.3.00.00 – Depósitos para Recursos, registrados no Siafi para o CNPJ 26.461.699/0377-77 em confronto com a Consulta de Saldo IS (Caixa Econômica Federal-CEF), base novembro/2010; Constatou-se a existência do saldo de R\$22.864,84 (3 depósitos), registrado no agente financeiro (CEF) para o CNPJ 26.461.699/0003-42 (Conab – Sureg/MT, CEP 78015-240 – Cuiabá – MT) sob a responsabilidade da Sureg/AM; Constatou-se a existência do saldo de R\$5.556,03 (5 depósitos),

registrado no agente financeiro (CEF) para o CNPJ 26.461.699/0085-99 (Conab- Unidade de Comercialização Manaus) que se encontra com a situação Baixada, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da RFB desde 8/4/2002. Constatou-se a existência do saldo de R\$76.345,92 (18 depósitos) registrado no agente financeiro (CEF) para o CNPJ 26.461.699/0383-15 (Conab – Sureg/RO, CEP 76801-361 – Porto Velho – RO) sob a responsabilidade da Sureg/AM; A diferença constatada no saldo da conta 1.2.1.2.3.00.00 poderá gerar ressalva no parecer de auditoria referente às demonstrações financeiras de 2010. Os valores depositados na Caixa Econômica Federal são corrigidos mensalmente, portanto a divergência entre os saldos tende a ser maior a cada mês. Considera-se muito frágil o documento utilizado - (PRF-Pedido de Recurso Financeiro) - para respaldar a disponibilização dos recursos por parte da Companhia, para depósito judicial. Não há controle quanto à recuperação/utilização dos depósitos judiciais efetuados, tanto que na consulta efetuada à CEF constatou-se a existência de depósitos de longa data, em nome de pessoas desconhecidas da Sureg/AM, em Inscrições que não pertencem a jurisdição desta e com situação cadastral “baixada”. Entende-se que o registro contábil deverá identificar corretamente todos os valores pendentes em contas judiciais e os depósitos que não se jurisdicionam a essa dependência deverão ser transferidos às unidades responsáveis, uma vez que compõe o saldo contabilizado nessas.

**Recomendação:**

980.1 - Recomendamos à Sureg/AM efetuar a análise dos depósitos consignados na Conta 1.2.1.2.3.00.00 confrontado-os com o relatório emitido pela instituição financeira depositária e após a constatação daqueles divergentes, buscar os processos, verificar o aproveitamento ou não do valor depositado pelo Juízo e proceder a baixa contábil munidos de documentação que ateste a sua finalidade.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 19/08/2011 como Pendente

Efetuada gestão junto a PRORE por meio das CI's SECOF n°s.21 /22/23 de 25/03/2011. Algumas pendências já foram baixadas, em face do aproveitamento do valor depositado em juízo e levantamento de alvarás junto à Caixa Econômica Federal. Outras permanecem. Continuamos acompanhando.

de osvaldo.pateiro em 12/09/2011 como Pendente

Tendo em vista a manifestação da Sureg/AM, solicitamos remeter as CIs mencionadas para o signatário desta para análises.

de antonio.batista em 16/09/2011 como Pendente

Anexamos a CI SECOF n° 021/2011.

de antonio.batista em 16/09/2011 como Pendente

Anexamos a CI SECOF n° 022/2011.

de antonio.batista em 16/09/2011 como Pendente

Anexamos a CI n° 023/2011.

de em 19/09/2011 como Pendente

Em aditamento a CI n° SECOF n° 023 anexamos a CI SECOF n° 026 e Despacho Gefad à datado de 24/06/2011, solicitando providências da PRORE/AM.

de osvaldo.pateiro em 13/10/2011 como Pendente  
Tendo em vista que a manifestação da Sureg/AM ainda não é conclusiva, permaneceremos com o status de pendente até remessa do posicionamento da Prore/AM.

**Recomendação:**

980.2 - Recomendamos à Sureg/AM verificar os procedimentos que deverão ser implementados junto a instituição financeira (CEF) para a transferência dos saldos constantes no relatório Consulta de Saldo IS dessa Sureg/AM dos CNPJs de Unidades de outros Estados.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente  
Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 19/08/2011 como Pendente

Diligenciamos junto a Instituição Financeira (CEF), que informou não ser possível alterar os CNPJs. Só se o processo estiver finalizado. Assim, comunicaremos as unidades de outros estados sobre os saldos de depósitos recursais pendentes nesta Regional, para conhecimento e providências necessárias.

de osvaldo.pateiro em 22/08/2011 como Pendente

Tendo em vista a manifestação da Sureg/AM, solicitamos incluir no SIAUDI cópia da comunicação efetuada as Suregs envolvidas para registro.

de antonio.batista em 16/09/2011 como Pendente

Anexamos a CI SUREG/AM nº 312, de 12/09/2011, enviada à SUREG/RO.

de osvaldo.pateiro em 13/10/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/AM, consideramos o item solucionado.

**Recomendação:**

980.3 - Recomendamos à Sureg/AM verificar e regularizar os depósitos efetuados no CNPJ constante do item 3 que se encontra com a situação cadastral baixada desde 8/4/2002.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 19/08/2011 como Pendente

Diligenciamos junto a Instituição Financeira (CEF), que informou não ser possível alterar os CNPJs. Só se o processo estiver finalizado. Assim, tão logo haja a finalização dos processos, e os depósitos sejam aproveitados ou levantados, providenciaremos a baixa contábil.

de osvaldo.pateiro em 22/08/2011 como Pendente

Tendo em vista que a manifestação da Sureg/AM não é conclusiva, solicitamos anexar ao SIAUDI cópia do expediente remetido a CEF e a regular resposta da instituição para registro no sistema.

de em 16/09/2011 como Pendente

Considerando que a informação mencionada em nossa resposta anterior foi obtida informalmente por colaborador desta Regional junto a técnico da Caixa Econômica Federal, em diligência à agência com a qual esta Sureg/AM matem relacionamento, para atender a última recomendação dessa Audin, protocolamos o Ofício que ora anexamos e tão logo a resposta nos seja encaminhada, a mesma também será anexada.

de osvaldo.pateiro em 19/09/2011 como Pendente  
Tendo em vista a manifestação, desta feita, conclusiva da Sureg/AM, aguardaremos a resposta oficial do agente financeiro para reavaliar o status da recomendação.

**Constatação:**

981 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$3.032,35, registrado na UG 135045 – Conab Sede Sureg Amazonas. Após análise dos controles contábeis e dos extracontábeis, constatou-se que o débito está ajuizado conforme processo n.º 1998.3200003754-2, porém apresenta divergência entre os saldos contábil x extracontábil (processo judicial), conforme tabela 3 a seguir.

**Recomendação:**

981.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Secof/AM analisar o saldo contábil e o saldo do processo judicial em referência, e efetuar a sua compatibilização.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente  
Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 19/08/2011 como Pendente

A diferença entre o saldo contábil e o saldo do processo judicial refere-se ao fato do ingresso na cobrança judicial ter sido feita pelo valor principal acrescido da atualização monetária. Estamos analisando o evento contábil para registro dessa diferença, fins compatibilização dos saldos.

de joao.filho em 26/08/2011 como Solucionado

Item solucionado.

**Constatação:**

982 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava saldo conforme discriminado na tabela 4 a seguir. Após análise constatou-se: O débito do item 1 refere-se à operação realizada em UG extinta (134259), face o encerramento do CNPJ n.º 26.461.699/0222-30, conforme MSG Sucon n.º 2009/0957651 e está pendente de longa data (1997); O débito do item 2 refere-se a falta de mercadorias durante o transporte, não descontada do transportador; e O débito do item 3 refere-se a falta de 60 kg de feijão carioca, conforme Notas Fiscais n.º 7265, 9488 e Finam do dia 28/12/2007.

**Recomendação:**

982.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/AM analisar a procedência dos saldos pendentes, verificar as providências adotadas para regularização. Face o tempo decorrido e os valores serem de pequena monta, propor a baixa dos referidos valores, se for o caso.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 02/12/2011 como Pendente

Quanto ao valor de R\$185,18, item 1 da tabela 4, do relatório, ainda estamos verificando a procedência fins avaliar a possibilidade de baixa contábil.

de antonio.batista em 02/12/2011 como Pendente

Dos valores constantes na Tabela 4 – Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços, do Relatório,

foram regularizados por meio de ressarcimento, os seguintes: Valor (R\$) Comprovante do ressarcimento Documento de baixa contábil 38,99 2011RA004072 2011NL000508 60,00 2011RA004073 2011NL000509

de joao.filho em 15/12/2011 como Pendente

Vamos aguardar a avaliação do valor R\$185,18, por enquanto o item continua pendente.

de antonio.batista em 10/02/2012 como Pendente

Relativamente ao valor de R\$185,18, para solução dessa pendência foram emitidas às CI's GEFAD n.ºs. 466/2011 e 012/2012 (anexas). Em resposta o SECOF emitiu a CI SECOF n.º 07/2012 (também anexa).

de antonio.batista em 10/02/2012 como Pendente

Diante da resposta do SECOF foi autuado o Processo Administrativo n.º 21218.000029/2012, que culminou com propositura, por parte da GEFAD, de baixa contábil do valor pendente, a qual foi formalmente autorizada pelo Sr. Superintendente, e devidamente executada pelo SECOF, conforme documentação anexada à presente resposta.

#### Constatação:

983 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava os saldos de R\$9.842,70, registrado na UG 135246 – UA/Manaus e R\$17.760,96, registrado na UG 135435 – MO/Amazonas. Após análise dos controles contábeis e dos extracontábeis, constatou-se que os débitos estão ajuizados conforme Processo Judicial n.º 2008.32.00.008430-9, porém apresenta divergência entre os saldos contábeis e o extracontábil (processo judicial), conforme tabela 5 a seguir.

#### Recomendação:

983.1 - Recomendamos à Sureg/Gefad/Secof/AM analisar os saldos mencionados, visando a compatibilização.

#### Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

#### Constatação:

984 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$135,01, registrado na UG 135045 – Conab Sede Sureg Amazonas, correspondente a pagamentos em atraso de faturas da Embratel e de recolhimento do INSS, pendentes desde maio e junho/2010.

#### Recomendação:

984.1 - Recomendamos à Sureg/AM, informar as providências adotadas para a regularização do débito em questão.

#### Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 02/12/2011 como Pendente

O saldo pendente foi regularizado por meio de ressarcimento, conforme demonstrativo abaixo:  
Valor (R\$) Comprovante do ressarcimento Documento de baixa contábil 36,80 2011RA004046 2011NL1173 73,96 2011RA004047 2011NL1174 24,25 2011RA004045 2011NL1175 Total

<p>135,01 de joao.filho em 15/12/2011 como Solucionado Item solucionado.</p>
<p><b>Constatação:</b></p> <p>985 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$421.430,90 cuja composição estão discriminados no quadro 3 a seguir. Neste estão relacionados todos os contratos registrados contabilmente no Siafi. No quadro 4 abaixo, estão relacionados os contratos registrados no Sistema de Contratos – Siscot. Na conta contábil (1.9.9.7.2.02.00), deve constar todos os contratos de prestação de serviços, que estão em vigência na Sureg, e os registros dos valores devem ser efetuados pelo valor global dos contratos, e as baixas por ocasião dos pagamentos e ou quando da extinção do contrato. Verificou-se que existe divergência entre os contratos registrados contabilmente no Siafi e os contratos registrados no Siscot.</p>
<p><b>Recomendação:</b></p> <p>985.1 - Recomendamos à Sureg/AM registrar todos os Contratos de Prestação de Serviços que estão em vigência na conta 1.9.9.7.2.02.00 – Contratos de Serviços, e os valores a serem contabilizados devem corresponder ao saldo remanescente de cada contrato, observando o período de vigência.</p>
<p><b>Tratamento das Recomendações:</b></p> <p>de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item. de antonio.batista em 19/08/2011 como Pendente Recomendação atendida em janeiro/2011. de osvaldo.pateiro em 22/08/2011 como Solucionado Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/AM, consideramos o item solucionado. Verificar em trabalhos posteriores a manutenção da recomendação.</p>
<p><b>Constatação:</b></p> <p>986 - Em 31.12.2010 as rubricas apresentavam os saldos registrados nas UG(s), discriminados no quadro 5 a seguir. Esses valores referem-se a multas e juros diversos, que após analisados constatou-se que não houve a respectiva apuração de responsabilidade.</p>
<p><b>Recomendação:</b></p> <p>986.1 - Recomendamos à Sureg/AM, informar se houve providências, no sentido de ressarcimento das multas e juros mencionados.</p>
<p><b>Tratamento das Recomendações:</b></p> <p>de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item. de antonio.batista em 02/12/2011 como Pendente Em atenção a recomendação exarada, informamos que todos os valores constantes no Quadro 5 – Multas Dedutíveis/Indedutíveis e Juros, do Relatório, já foram ressarcidos conforme abaixo: Valor (R\$) Comprovante de ressarcimento 65,01 2011RA004047 8,95 2011RA004047 78,69 2010RA002568 14,02 2010RA002568 173,27 <sup>1</sup> <sup>1</sup> O valor de R\$173,24 refere-se ao montante de</p>



(itens 9.6.2 a 9.6.4, TC-017.996/2008-1, Acórdão nº1.842/2010-2ª Câmara). Assunto: CARTÃO CORPORATIVO. DOU de 26.03.2010, S. 1, ps. 113 e 114. Ementa: determinação à Direção do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB/ MS), para adoção das seguintes medidas quanto ao uso do cartão corporativo, quais sejam: a) providenciar a capacitação dos responsáveis pela execução e controle do CPGF; b) realizar saques no valor das despesas a serem efetuadas (no caso de valores sacados em excesso, proceder à devolução do valor excedente, quando superior a R\$30,00, em até 3 dias úteis, por meio de Recolhimento à União); c) utilizar o saque apenas em caráter excepcional e registrar a justificativa na prestação de contas; d) realizar o pagamento das faturas decorrentes do uso do cartão corporativo na data de seu vencimento, abstendo-se de arcar com os encargos financeiros pelo atraso no seu pagamento; e) registrar a apreciação da autoridade competente sobre a prestação de contas do suprido, logo em seguida à apresentação da mesma (item 1.5.1.1, TC-016.181/2008-0, Acórdão nº 1.374/2010-1ª Câmara). Assunto: SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 16.04.2010, S. 1, p. 149. Ementa: alerta à CORE/FUNASA/AL no sentido de que: a) restrinja as despesas por meio de suprimento de fundos àquelas em que não haja possibilidade de execução pelo processo normal de aplicação, quais sejam: despesas eventuais que exijam pronto pagamento; despesas de pequeno vulto; ou de caráter sigiloso, nos termos da Lei nº4.320/1964, art. 68 do Decreto-lei nº 200/1967, § 3º do art. 74, e Decreto nº 93.872/1986, art. 45; b) aprimore os controles sobre a utilização de suprimento de fundos, monitorando a utilização da modalidade de saque quanto às necessidades, prazos de aplicação e ressarcimento de saques não utilizados, mormente no que tange ao prazo máximo para devolução dos saques não utilizados, isto é, três dias úteis após o saque, conforme estabelece o item 6.6 da Macro função/SIAFI 02.11.21 (itens 1.6.1 e 1.6.2, TC-015.772/2009-8, Acórdão nº 1.552/2010-2ª Câmara).

**Recomendação:**

987.1 - Recomendamos à Sureg/AM que passe a controlar as despesas efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, inibindo as iniciativas dos responsáveis pelos suprimentos quanto às aquisições não permitidas nessa modalidade.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 11/08/2011 como Pendente

Relativamente a constatação de compras indevidas de materiais, sem mencionar os casos específicos, informamos que não concordamos com essa afirmação, visto que de forma geral as compras foram efetuadas justamente para atender necessidade urgentes, que não poderiam aguardar o processo de aquisição, seja por licitação ou dispensa. Concordamos que em alguns casos, a caracterização dessa urgência não ficou clara no processo, contudo tais situações poderiam ter sido esclarecidas pontualmente, caso fossem apontadas. Ressaltamos que diferentemente do que informa o relatório, no exercício de 2010 não houve qualquer compra de café ou açúcar com Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF. Desde 2009, quando houve a implantação do CPGF nesta Regional, os supridos estão orientados a não adquirir café e açúcar com esse instrumento. Com relação a recomendação expressa neste item, informamos que tão logo chegou nesta Regional a CI SUFIN/GEFIN nº 2246, de 24/11/2010, que orienta sobre a operacionalização do Cartão de Pagamento, a mesma foi enviada a todos os colaboradores envolvidos. Depois, remetemos também a CI GEFAD nº 036, de 02/02/2011, cópia anexa, com exemplar encadernado da CI SUFIN/GEFIN mencionada e manual contendo perguntas e respostas sobre Suprimentos de



Fundos e Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, elaborado pela Controladoria Geral da União - CGU.

de osvaldo.pateiro em 09/09/2011 como Pendente

Tendo em vista que a manifestação da Sureg/AM discorda da recomendação emanada pelo controle interno, relativamente a aquisição de materiais indevidamente com o CPGF, temos a esclarecê-los do seguinte: A recomendação tratou de forma ampla as aquisições com o cartão de pagamentos do governo federal, pois, de acordo com as normas elencadas no item 987, diversas aquisições efetuadas por essa Sureg/AM estão em desacordo com o objetivo do CPGF o qual somente se presta a aquisições consideradas EMERGENCIAIS. Não relatamos exaustivamente as aquisições impróprias tendo em vista o caráter educativo da recomendação, mas, visto a não concordância com esta, discorreremos algumas, das várias que constatamos, que se encontram nessa situação: Processo 2121800024/2010 Fls. 255 Mouse sem fio - quantidade 2 Suporte para notebook – quantidade 2 Pilha AA – quantidade 2 Canetas diversas – 4 Fls. 209 Mouse USB – quantidade 1 Teclado div. - quantidade 1 Suporte para notebook – quantidade 1 Fls. 281 Grampo trilho – quantidade 6 Etiquetas diversas – quantidade 8 Fls. 323 Lampada fluorescente – quantidade 10 reator eletrônico – quantidade 5 Fls. 327 Ducha Higiênica – quantidade 2 Fls. 365 Assento Sanitário Almofadado – quantidade 2 Fls. 284 Bloco post-it diversos – quantidade 6 Fls. 288 Elástico 300/30 – quantidade 3 Fls. 297 Serviço de cópias coloridas Fls. 319 Pilha Panasonic – quantidade 2 porta carimbo – quantidade 1 Assim, queiram esclarecer as aquisições mencionadas, bem como a sua emergencialidade.

de antonio.batista em 16/09/2011 como Pendente

Primeiramente cabe esclarecer que não discordamos da recomendação emanada por essa auditoria interna, para este item. A discordância existiu, mesmo que intempestivamente, em relação a forma como a constatação foi expressa no relatório. Sobre as aquisições consideradas impróprias informamos o seguinte: 1. Despesas com materiais de informática (mouses, suportes para notebooks, teclados) constantes às fls. 255, 209 do processo 2121800024/2010 - sobre essas aquisições, não obstante o valor das mesmas ser de pequeno vulto, tratar-se de compras não corriqueiras, terem sido efetuadas para adequar ergonomicamente os notebooks que passaram fazer parte da área de trabalho dos usuários, em função da redistribuição de alguns microcomputadores para atender a necessidade de empregados que retornaram administrativamente pela lei de anistia, concordamos que poderiam subordinar-se ao processo normal de contratação. Contudo, caracterizamos a urgência da aquisição pela necessidade imediata de utilização diária dos notebooks, pelos motivos expostos. 2. Materiais de Expediente (Canetas diversas (p/ quadro branco), grampo para trilho, etiquetas diversas, bloco post-it diversos, elástico 300/30), constantes às fls. 255, 281, 288, do processo 2121800024/2010 - a compra desses materiais se tornou urgente em função da necessidade imediata de aplicação, da inexistência em estoque do almoxarifado, e do processo normal de aquisição ainda estar em andamento, ou em fase de autuação. Não obstante a isso, no presente exercício, temos solicitado ao setor competente celeridade nos processos de aquisição de materiais de expediente, fins evitar a utilização do CPGF para esses materiais. 3. Pilha AA (recarregável para câmera fotográfica digital), constante às fls. 255, do processo 2121800024/2010 - essa aquisição foi efetuado por meio do CPGF, pela urgência caracterizada pela área demandante às fls. 253 do processo mencionado. Ademais trata-se de material de aquisição não corriqueira, com valor de pequeno vulto (R\$25,00), sendo, s.m.j., economicamente e processualmente mais vantajoso para a Companhia. 4. Pilha panasonic (para controle remoto de ar condicionado), constante às fls. 319, do processo 2121800024/2010 - A urgência foi caracterizada pela necessidade imediata de utilização do ar condicionado. Não havia estoque no almoxarifado. O

valor era de pequeno vulto (R\$7,00). Como existem vários aparelhos de ar condicionado com controle remoto, por recomendação dessa auditoria, quando do exame nesta Unidade auditada, já orientamos a área competente a manter um estoque mínimo de pilhas para atender essas necessidades e evitar esse tipo de aquisição via CPGF. 5. Porta Carimbo, constante às fls. 319, do processo 21218000024/2010 - A aquisição foi autorizada via CPGF, por ter uma única demanda e não haver estoque do material no almoxarifado. Além disso valor era de pequeno vulto (R\$13,00) e autuação de processo específico para essa aquisição, s.m.j., seria operacionalmente e economicamente oneroso para a Companhia. 6. Serviço de Cópia colorida, constante às fls. 297, do processo 21218000024/2010 - a aquisição desse serviço, com CPGF ocorreu pela urgência caracterizada pela área demandante às fls. 298 do processo mencionado. Ademais trata-se de serviço não contratado por não ser corriqueiro, com valor de pequeno vulto (R\$26,00), tornando, s.m.j., mais vantajoso economicamente e processualmente para a Companhia. 7. Lâmpadas fluorescentes, reator eletrônico, ducha higiênica, assento sanitário almofadado, constantes às fls. 323, 327, 365, do processo 21218000024/2010 - a aquisição desses materiais ocorreu pela necessidade imediatas de aplicação, pelo fato do valor ser de pequeno vulto e por não haver estoque de reposição no almoxarifado. No caso das lâmpadas e dos reatores eletrônicos, a área competente está orientada a manter um determinado quantitativo em estoque, visto que a queima de lâmpadas é perfeitamente previsível, contudo quando houve a necessidade o estoque desses materiais no almoxarifado estava zerado. Com relação as duchas higiênicas e assentos sanitários, por tratarem-se, em uma situação normal de uso, s.m.j., de materiais duráveis, não havia necessidade de formação de estoque de reposição. Ocorre que os mesmos foram danificados, tornando-se necessário a reposição imediata. Por fim, reforçamos que esta Unidade não discordou da recomendação exarada por essa Audin. Por isso, além das providências já adotadas conforme 2º parágrafo da nossa manifestação datada de 11/08/2011, acima, orientou diretamente aos supridos e a área responsável pelo controle das despesas com suprimento de fundos (Secof), para que nenhuma aquisição de material ou serviço seja realizada sem que esteja expressamente caracterizada as condições que permitem a utilização do CPGF.

de em 19/09/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação da Sureg/AM, esclarecemos a Unidade que, todas as aquisições que foram efetuadas com o CPGF e que consideraram "Urgentes" e de "pequeno Valor", não se enquadram no propósito desse meio de pagamentos. Quanto a discordância transcrevemos "Relativamente a constatação de compras indevidas de materiais, sem mencionar os casos específicos, informamos que não concordamos com essa afirmação...". Assim, a recomendação está embasada nos critérios que foram emanados pela Administração Pública e V.Sas. não possuem poder discricionário para deles se afastar. Todas as aquisições que a Sureg/AM considera emergenciais são corriqueiras e passíveis de seguir o trâmite normal da compra por meio de licitação ou procedimento licitatório, a exceção das "cópias coloridas". Portanto, após os esclarecimentos oferecidos, e no intuito de não alongar o assunto, consideramos o item solucionado, com a afirmativa de que V.Sas. deverão observar os critérios e regulamentos acerca das aquisições por meio do CPGF. Recomendação a ser verificada em auditorias posteriores.

#### Constatação:

988 - Constatamos a ausência de comprovação da regularidade fiscal em vários pagamentos efetuados, notadamente naqueles derivados de "Dispensa" ou "Inexibibilidade" de Licitação. Quanto ao fato, o Tribunal de Contas da União, emitiu várias ementas, entre as quais destacamos as seguintes : Assunto: CONTRATOS. DOU de 20.04.2007, S. 1, p. 118. Ementa: o TCU determinou ao SENAI/RJ que passasse a exigir a comprovação de regularidade fiscal em todas as modalidades

de licitação, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, observando que a condição de regularidade fiscal deveria ser mantida durante toda a execução dos contratos e comprovada a cada pagamento efetuado, conforme previsto no art. 195, § 3º, da CF/1988 (item 1.1.8, TC-014.462/2006-6, Acórdão nº 956/2007-TCU-1ª Câmara).(Grifos do redator). Fonte: EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA. Assuntos: CADIN e PAGAMENTO. DOU de 17.10.2008, S. 1, p. 82. Ementa: promoção de audiência de ex-coordenador-geral de Recursos Logísticos do MCT para a apresentação de justificativas quanto à efetivação de pagamento sem a verificação da regularidade fiscal do fornecedor perante a Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, em desobediência ao inc. III, art. 29 c/c inc. XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993, e sem a comprovação da consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Governo Federal (CADIN), em desacordo com o inc. III, art. 6º da Lei nº 10.522, de 19.07.2002 (item 9.3.2.4, TC-021.647/2006-0, Acórdão nº 2.267/2008-Plenário).(Grifos do redator). Na mesma linha de conduta notamos que a Sureg/AM, encontra-se com a sua regularidade fiscal vencida, e o Sicaf “Habilitação Parcial” com registros desatualizados, o que contraria, como fornecedores de bens e serviços ao poder público, a determinação da Egrégia Corte de Contas.

**Recomendação:**

988.1 - Recomendamos à Sureg/AM consultar o SICAF (Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores) para verificação da regularidade fiscal em todos os pagamentos que efetuar, apensando a consulta ao processo e/ou pagamento, independentemente da modalidade de contratação, seguindo a determinação do Tribunal de Contas da União.

**Tratamento das Recomendações:**

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 11/08/2011 como Pendente

Relativamente a constatação de ausência de comprovação de regularidade fiscal em vários pagamentos efetuados, notadamente naqueles derivados de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação, sem mencionar os casos específicos, informamos que não concordamos com essa afirmação, uma vez que desde a implantação do Sicaf esta Regional vem preocupando-se em verificar a regularidade fiscal dos fornecedores. Durante o exame nesta Regional, nos foi apontado como irregular as consultas ao Sicaf onde as Certidões Negativas de Débitos da Receita Estadual e/ou Municipal estavam vencidas. Naquele momento informamos que a Sureg/AM desde a implantação do Sicaf, no que se refere a Regularidade Fiscal do fornecedor, vinha seguindo a Instrução Normativa nº MARE nº 5/1995 e CI DIAFI nº 920/2000, cópia anexa. Esses documentos normativos consideram que a Regularidade Fiscal a ser exigida, nos casos de Convite e Dispensa de Licitação, por limite de valor, é somente a federal (CND's da Receita Federal, Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), e assim procedíamos. A IN MARE nº 05/1995 foi revogada pela IN MPOG/SLTI nº 02, de 11/10/2011. Atualmente, continuamos exigindo a regularidade fiscal federal e também a estadual ou municipal, conforme o caso, de acordo com a especificidade do objeto do contrato, ou seja, para compra de bens, exige-se regularidade federal e estadual; para prestação de serviços, regularidade federal e municipal. Esse procedimento está baseado na orientação do Tribunal de Contas da União - TCU, conforme a publicação "Licitações & Contratos - 4ª Edição", pag. 349, disponibilizado no sitio do TCU na Internet, no seguinte link: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057620.PDF> .

de antonio.batista em 18/08/2011 como Pendente

Relativamente a verificação da regularidade fiscal em todos os pagamentos que a Unidade efetuar, informamos que já estamos procedendo desta forma, nos termos do § 1º, Art. 3 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, que entrou em vigor a partir de 18/01/2011 e revogou a IN 5/1995, que seguíamos anteriormente. Desse modo, entendemos que o normativo que estamos seguindo atualmente não diverge dos Acórdãos do TCU.

de em 18/08/2011 como Pendente

Entendemos o posicionamento da Sureg/AM, porém, diversos acordãos do Tribunal citado indicam que a regularidade fiscal deve ser exigida a cada pagamento que for efetuado. Como existem divergências quanto ao entendimento da normal, sugerimos a Sureg/AM consultar à Proge/Matriz para uma uniformidade de procedimentos. Aguardaremos o posicionamento daquela Procuradoria para avaliar a alteração de status para o item.

de em 09/09/2011 como Solucionado

Após a manifestação da Sureg/AM, onde afirma adotar os procedimentos de verificação da regularidade fiscal A CADA PAGAMENTO QUE EFETUAR, independentemente da modalidade de licitação ou procedimento licitatório adotado, consideramos o item solucionado. Verificar em auditorias posteriores a correta aplicabilidade da norma.

#### Constatação:

989 - Constatamos que à Sureg/AM não possui contrato de prestação de serviços de administração de estagiários. Conforme determina o inciso I, do Art. n.º 9, da Lei n.º 11.788/08 é necessária a celebração de termo de compromisso entre as partes para a validação do processo, incorrendo a Sureg/AM em disfunção que poderá resultar em passivo trabalhista como detalhamos: [...] Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações: I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento; II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente; IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

..... Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. § 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a

irregularidade. [...] Foi apresentada cópia de convênio celebrado com o Centro Integrado Empresa Escola no Distrito Federal o qual, no nosso entendimento, não é aplicável ao caso, por não se tratar de convênio e sim de contrato, ademais, o CIEE no Distrito Federal não é o gestor de estagiários no Estado do Amazonas. Nesse diapasão o Egrégio Tribunal de Contas da União emitiu a seguinte ementa: Assunto: ESTÁGIO. DOU de 18.11.2008, S. 1, p. 73. Ementa: determinação à SFA/RS para que estude a conveniência de efetuar procedimento licitatório para a contratação de agente de integração, com o objetivo de executar o programa de estágio, rescindindo, tão logo concluído o certame, o convênio firmado com o CIEE, de modo a obter a proposta mais vantajosa ao erário, uma vez que não se trata de uma relação de convênio, mas, sim, de contrato (alínea “u”, item 1.5, TC-022.942/2007-3, Acórdão nº 4.127/2008-1ª Câmara). A Sureg/AM deve, ainda, preocupar-se com a correta aplicação da mão de obra em regime de estágio, não permitindo a utilização dessa fora dos normativos que regem esse tipo de contratação. Objetivando subsidiá-los transcrevemos os julgados do TCU quanto a matéria: Assunto: ESTÁGIO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 166. Ementa: determinação à Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas para que se abstenha de utilizar os serviços dos estagiários na execução de tarefas de responsabilidade de servidores (item 9.7.12, TC-012.733/2005-3, Acórdão nº 90/2011-Plenário). Assuntos: ESTÁGIO e SEGURO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: alerta ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que exija do ente conveniente na realização do Programa de Estágio da Unidade que providencie a contratação de seguro contra acidentes pessoais dos estagiários (item 9.9.5, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara). Ainda, considerando-se os pilares da Administração Pública, Moralidade e Impessoalidade, deve a Sureg/AM atentar para a impossibilidade de contratar estagiários que possuam vínculos familiares com empregados dessa Sureg/AM e unidades subordinadas atendendo ao julgado: Assuntos: ESTÁGIO e NEPOTISMO. DOU de 02.02.2011, S. 1, p. 214. Ementa: determinação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas para que se abstenha de admitir estagiário que mantenha vínculo de parentesco com servidores do Núcleo, ainda que cedidos a outros entes, por infringir os princípios da moralidade e da impessoalidade, dispostos no art. 37 da Constituição Federal (item 9.8.6, TC-006.801/2005-0, Acórdão nº 329/2011-1ª Câmara).

#### Recomendação:

989.1 - Recomendamos à Sureg/AM que promova a licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de instituição gestora de provimento de estagiários.

#### Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de em 17/08/2011 como Pendente

Em função das contratações dos estagiários efetuadas pela SUREG/AM, estarem seguindo as orientações e autorizações constantes nos expedientes oriundos da MATRIZ/SUREH, para atendimento desta recomendação solicitamos orientação daquela Superintendência por meio da CI SUREG/AM nº 274, de 11/08/2011, cópia anexa.

de osvaldo.pateiro em 18/08/2011 como Pendente

Tendo em vista que a Sureg/AM ainda depende de resposta da Sureh/Matriz, permanecemos com o status de pendente até a manifestação conclusiva daquela para avaliação e alteração de status.

de antonio.batista em 02/12/2011 como Pendente

Relativamente às orientações da Sumoc constante na Folha de Despacho anexa, informamos que

foi autuado o processo administrativo nº 21218.000386/2011 para contratação do agente de integrado, fins operacionalização do programa de estágio da Conab. Adaptamos o termo de referência encaminhado pela Sumoc à realidade da Regional e após aprovação do mesmo pelo Sr. Superintendente encaminhamos o processo ao Pregoeiro da Superintendência, para elaboração do Edital.

de em 02/12/2011 como Pendente

Em resposta a CI SUREG/AM nº 274/2011 a Sumoc encaminhou as orientações constantes no Despacho.

de antonio.batista em 29/12/2011 como Pendente

Atualmente o processo encontra-se na Procuradoria Regional para análise da fase interna e, se for o caso, chancela do Edital.

de osvaldo.pateiro em 14/02/2012 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/AM, consideramos o item solucionado.

#### Recomendação:

989.2 - Recomendamos à Sureg/AM que verifique se o conveniente atende a determinação da contratação do seguro de acidentes pessoais dos estagiários e solicite cópia da apólice quitada para apresentação aos órgãos de controle, quando solicitado.

#### Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 17/08/2011 como Pendente

Após verificação, constatamos a existência de seguro de acidentes pessoais coletivo, conforme cópia do certificado anexo.

de osvaldo.pateiro em 18/08/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/AM, consideramos o item solucionado.

#### Recomendação:

989.3 - Recomendamos à Sureg/AM que verifique, nas contratações de estagiários efetuadas, a possibilidade de vínculo familiar com empregados jurisdicionados a essa dependência e efetive a determinação da Corte de Contas.

#### Tratamento das Recomendações:

de maria.lopes em 13/06/2011 como Pendente

Tendo em vista o tempo decorrido, reiteramos manifestação sobre a recomendação tratada neste item.

de antonio.batista em 17/08/2011 como Pendente

Em resposta a CI GEFAD nº 306 o SEADE, respondeu por meio da CI SEADE nº 022, de 11/08/2011, cópia anexa, que não há vínculo familiar entre os estagiários contratados e os empregados da SUREG/AM.

de antonio.batista em 17/08/2011 como Pendente

Em atenção a esta recomendação foi emitida a CI GEFAD nº 306, de 11/08/2011, cópia anexa.

de osvaldo.pateiro em 18/08/2011 como Solucionado

Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureg/AM, consideramos o item solucionado.